

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021



2021

ÍNDICE

02	RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
05	BALANÇOS PATRIMONIAIS
07	DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS
07	DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
08	DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
09	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
10	NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
61	PARECER DO CONSELHO FISCAL
62	GESTÃO 2021



KPMG Auditores Independentes

The Five East Batel

Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel

Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil

Telefone +55 (41) 3304-2500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da

Lar Cooperativa Agroindustrial

Medianeira - Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Lar Cooperativa Agroindustrial (“Cooperativa” ou “Grupo”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de sobras e perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Lar Cooperativa Agroindustrial em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Cooperativa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Grupo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa e suas controladas.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 21 de janeiro de 2022.

**KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR**



**Cristiano Aurélio Kruk
ContadorCRCPR-054366/O-0**

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	10	975.660	582.624	1.073.823	603.867
Aplicações financeiras		-	21.313	-	21.313
Contas a receber	11	2.252.720	1.523.691	2.718.458	1.927.500
Tributos a recuperar	12	130.777	37.151	217.486	83.939
Adiantamento a fornecedores		801.510	300.051	762.165	299.723
Instrumentos financeiros derivativos	36	783.255	1.388.787	783.255	1.388.787
Outros créditos a receber		13.421	37.630	24.021	38.894
Estoques	13	3.896.005	1.977.862	4.169.726	2.085.624
Ativo biológico	14	514.560	302.685	514.560	302.685
Total do ativo circulante		9.367.908	6.171.794	10.263.494	6.752.332
Aplicações financeiras		53.298	7.500	53.298	7.500
Contas a receber	11	74.983	102.040	140.676	147.638
Tributos a recuperar	12	290.355	168.571	318.900	179.388
Outros créditos a receber		34	34	125	34
Bens disponíveis a venda		8.896	6.759	11.641	19.125
Total do realizável a longo prazo		427.566	284.904	524.640	353.685
Investimentos	15	653.086	313.273	108.869	96.871
Imobilizado	16	2.903.420	2.366.759	3.098.777	2.450.187
Ativo biológico	14	151.143	89.988	151.143	89.988
Intangível	17	37.370	37.362	331.742	93.855
Total do ativo não circulante		3.745.019	2.807.382	3.690.531	2.730.901
Total Ativo		13.540.493	9.264.080	14.478.665	9.836.918

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Passivo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Débito de associados	18	1.624.149	733.164	1.673.537	739.446
Fornecedores	19	785.663	556.864	1.143.665	695.944
Financiamentos	20	3.602.101	2.181.583	3.837.129	2.507.981
Obrigações sociais e tributárias	21	41.734	41.803	52.786	42.569
Obrigações com pessoal	22	142.875	102.142	154.016	103.441
Instrumentos financeiros derivativos	36	367.045	1.182.277	367.045	1.182.277
Outros débitos a pagar	23	521.061	238.660	521.738	239.511
Total do passivo circulante		7.084.628	5.036.493	7.749.916	5.511.169
Fornecedores	19	1.212	7.964	1.814	7.964
Financiamentos	20	2.963.826	1.719.549	3.216.465	1.817.695
Provisões para contingências	25	79.061	144.396	85.586	144.396
Impostos diferidos	26	29.361	19.809	41.268	19.809
Outros débitos a pagar	23	344.981	25.715	346.123	25.715
Total do passivo não circulante		3.418.441	1.917.433	3.691.256	2.015.579
Patrimônio líquido	27				
Capital social subscrito		433.370	346.450	433.439	346.466
Reserva de capital		779.426	539.312	779.426	539.312
Reserva especial		314.238	206.789	314.238	206.789
Reservas estatutárias		1.346.650	1.056.546	1.346.650	1.056.546
Ajuste de avaliação patrimonial		92.779	93.207	92.779	93.207
Sobras do exercício		70.961	67.850	70.961	67.850
Total do patrimônio líquido		3.037.424	2.310.154	3.037.493	2.310.170
Total Passivo		13.540.493	9.264.080	14.478.665	9.836.918

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Associados	Não associados	Controladora		Consolidado	
				2021	2020	2021	2020
Ingressos e receitas operacional líquidas	28	12.481.373	3.966.451	16.447.824	10.530.180	17.419.839	11.281.094
(-) Dispêndios e custos das vendas	29	(10.723.581)	(3.286.873)	(14.010.454)	(8.124.378)	(14.806.905)	(8.743.993)
Sobra e lucro bruto operacional		1.757.792	679.578	2.437.370	2.405.802	2.612.934	2.537.101
Dispêndios e despesas		(819.009)	(386.755)	(1.205.763)	(1.446.451)	(1.329.023)	(1.580.776)
Dispêndio e despesas com vendas	30	(726.513)	(187.825)	(914.338)	(582.681)	(1.011.881)	(666.590)
Dispêndio e despesas operacionais	31	(184.814)	(104.091)	(288.905)	(329.041)	(328.464)	(370.953)
Dispêndio e despesas com pessoal	32	(102.487)	(65.057)	(167.544)	(137.519)	(195.665)	(153.617)
Dispêndio e despesas com conselho administrativo e fiscal		(2.784)	(898)	(3.682)	(3.577)	(3.682)	(3.577)
Dispêndio e despesas tributárias	33	(17.595)	(11.971)	(29.566)	(13.746)	(29.584)	(13.759)
Perda esperada do contas a receber		(452)	(110)	(562)	(1.230)	(703)	(2.817)
Outros dispêndios e ingressos operacionais		215.636	(16.803)	198.834	(378.657)	240.956	(369.463)
Resultado antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos		938.783	292.823	1.231.607	959.351	1.283.911	956.325
Resultado financeiro		(345.183)	(96.014)	(441.197)	(188.704)	(445.018)	(171.002)
Ingressos e receitas financeiras	34	146.679	60.396	207.075	225.711	246.862	276.316
(-) Dispêndios e despesas financeiras	34	(491.862)	(156.410)	(648.272)	(414.415)	(691.880)	(447.318)
Resultado antes da equivalência patrimonial e impostos		593.600	196.809	790.410	770.647	838.893	785.323
Resultado da equivalência patrimonial	15	25.152	8.105	33.257	12.673	(1.074)	-
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		618.752	204.914	823.667	783.320	837.819	785.323
Tributos sobre os lucros		-	(57.000)	(57.000)	(65.446)	(71.152)	(67.449)
Imposto de renda e contribuição social correntes	26	-	(47.448)	(47.448)	(43.979)	(61.290)	(45.982)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	-	(9.552)	(9.552)	(21.467)	(9.862)	(21.467)
Sobra e lucro líquido do exercício		618.752	147.914	766.667	717.874	766.667	717.874

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhas de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício	766.667	717.874	766.667	717.874
Outros resultados abrangentes				
Operações no exterior - diferenças cambiais na conversão	39.563	36.613	39.563	36.613
Resultado abrangente do exercício	806.230	754.487	806.230	754.487

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Reservas de lucros					Ajuste de avaliação patrimonial	Hedge accounting	Sobras líquidas	Total
		Capital social	Reserva de capital	Reserva estatutária	Reserva especial					
Saldos em 31 de dezembro de 2019		262.850	419.609	791.928	1.276	96.729	34.104	42.355	1.648.851	
Aumento de capital										
Novos sócios	27.a	251	-	-	-	-	-	-	251	
Redução de capital										
Capital devolvido	27.a	(9.037)	-	-	-	-	-	-	(9.037)	
Transferência para capital a restituir	27.a	(1.310)	-	-	-	-	-	-	(1.310)	
Cotas parte Procap/Agro - parcela 2020	27.a	(8.078)	-	-	-	-	-	-	(8.078)	
Sobras distribuídas de 2019								(42.355)	(42.355)	
Sobras/lucro líquido do exercício	27.b	-	-	-	-	-	-	717.874	717.874	
Destinações										
Fates - resultado com terceiros Cotriguaçu		-	-	5.096	-	-	-	-	5.096	
Doações e subvenções para investimentos		-	(126)	-	-	-	-	-	(126)	
Realização de reserva especial Lei 8200/91	27.d	-	-	-	1	-	-	-	1	
Fundo de reserva legal - operações no exterior - diferenças cambiais na conversão		-	-	36.613	-	-	-	-	36.613	
Realização da reavaliação	27.e	-	-	-	-	(656)	-	-	(656)	
Realização ajuste avaliação patrimonial	27.e	-	-	-	-	(2.866)	-	-	(2.866)	
Hedge accounting		-	-	-	-	-	(34.104)	-	(34.104)	
Distribuição do resultado										
Subvenções governamentais	27.b / 27.c	-	119.829	-	-	-	-	(119.829)	-	
Resultado da equivalência patrimonial	27.b	-	-	12.673	-	-	-	(12.673)	-	
Reserva especial 2020	27.b	-	-	-	205.512	-	-	(205.512)	-	
Aumento do Fates resultado com terceiros	27.b	-	-	40.613	-	-	-	(40.613)	-	
Aumento do Fates - 5 %	27.b	-	-	16.962	-	-	-	(16.962)	-	
Fundo de reserva legal - 45 %	27.b	-	-	152.661	-	-	-	(152.661)	-	
Fundo para aumento de capital - 30 %	27.b	101.774	-	-	-	-	-	(101.774)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2020		346.450	539.312	1.056.546	206.789	93.207	-	67.850	2.310.154	
Aumento de capital										
Novos sócios	27.a	276	-	-	-	-	-	-	276	
Redução de capital										
Capital devolvido	27.a	(9.116)	-	-	-	-	-	-	(9.116)	
Transferência para capital a restituir	27.a	(2.723)	-	-	-	-	-	-	(2.723)	
Capital retido de produtores		(51)	-	51	-	-	-	-	-	
Cotas parte Procap/Agro - parcela 2021	27.a	(7.908)	-	-	-	-	-	-	(7.908)	
Sobras retidas de 2020	27.b	-	-	34	-	-	-	(34)	-	
Sobras distribuídas de 2020	27.b	-	-	-	-	-	-	(67.816)	(67.816)	
Sobras/lucro líquido do exercício	27.b	-	-	-	-	-	-	766.667	766.667	
Destinações										
Fates - resultado com terceiros Cotriguaçu		-	-	5.764	-	-	-	-	5.764	
Fates - resultado com terceiros Frimesa		-	-	2.408	-	-	-	-	2.408	
Fates - resultado com terceiros Sicedi Vanguarda		-	-	221	-	-	-	-	221	
Fundo de reserva legal - operações no exterior - diferenças cambiais na conversão		-	-	39.563	-	-	-	-	39.563	
Sobras a distribuir não reclamadas por associados		-	-	362	-	-	-	-	362	
Realização da reavaliação	27.e	-	-	-	-	(413)	-	-	(413)	
Realização ajuste avaliação patrimonial	27.e	-	-	-	-	(15)	-	-	(15)	
Reversão da reserva especial 2020 - para capital social	27.b	33.600	-	-	(33.600)	-	-	-	-	
Reversão da reserva especial 2020 - para FATES	27.b	-	-	5.600	(5.600)	-	-	-	-	
Reversão da reserva especial 2020 - para Fundo de reserva legal	27.b	-	-	50.400	(50.400)	-	-	-	-	
Reversão da reserva especial 2020 - para sobras a distribuir	27.b	-	-	-	(22.400)	-	-	22.400	-	
Distribuição do resultado										
Subvenções governamentais	27.b / 27.c	-	240.114	-	-	-	-	(240.114)	-	
Resultado da equivalência patrimonial	27.b	-	-	33.257	-	-	-	(33.257)	-	
Reserva especial 2021	27.b	-	-	-	219.449	-	-	(219.449)	-	
Aumento do Fates resultado com terceiros	27.b	-	-	31.041	-	-	-	(31.041)	-	
Aumento do Fates - 5 %	27.b	-	-	12.140	-	-	-	(12.140)	-	
Fundo de reserva legal - 45 %	27.b	-	-	109.263	-	-	-	(109.263)	-	
Fundo para aumento de capital - 30 %	27.b	72.842	-	-	-	-	-	(72.842)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2021		433.370	779.426	1.346.650	314.238	92.779	-	70.961	3.037.424	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		766.667	717.874	766.667	717.874
Ajustes para:					
Depreciação e amortização	29 e 31	232.600	199.722	262.708	206.922
Resultado na alienação de imobilizado		36.548	190.213	33.383	227.816
Perda esperada do contas a receber	11	562	1.230	703	2.817
Provisão para deságio de ICMS	12	22.568	11.103	22.568	11.103
Provisão para contingências	25	(31.560)	81.877	(25.035)	81.877
Instrumentos financeiros derivativos	36	(209.700)	(114.299)	(209.700)	(114.299)
Juros provisionados e não pagos	20	348.223	172.330	589.781	172.330
Variação cambial provisionada e não paga	20	70.680	145.646	70.680	145.645
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	26	57.000	65.446	71.152	67.449
Resultado da equivalência patrimonial	15	(33.257)	12.673	1.074	-
		<u>1.260.331</u>	<u>1.483.815</u>	<u>1.583.981</u>	<u>1.519.534</u>
Variações nos ativos e passivos					
Aplicações financeiras		(24.485)	(11.128)	(24.485)	(11.128)
Contas a receber	11	(702.534)	(411.800)	(787.802)	(577.351)
Tributos a recuperar	12	(237.978)	15.188	(280.692)	(14.691)
Adiantamento a fornecedores		(501.459)	(113.483)	(462.442)	(113.130)
Estoques e biológico	13 e 14	(1.918.143)	(978.188)	(2.034.714)	(993.521)
Outros ativos		(9.566)	(32.115)	(3.937)	(30.997)
Débito de associados	18	888.624	136.711	882.342	142.972
Fornecedores	19	222.047	93.607	431.842	91.803
Obrigações sociais e tributárias	21	(69)	12.605	9.302	10.375
Obrigações com pessoal	22	40.733	25.754	50.575	25.773
Outros débitos a pagar	23	448.684	21.523	382.165	22.377
		<u>(1.794.146)</u>	<u>(1.241.326)</u>	<u>(1.837.846)</u>	<u>(1.447.518)</u>
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	20	(263.358)	(177.787)	(287.022)	(177.787)
Variação cambial paga sobre empréstimos e financiamentos	20	(43.538)	(132.675)	(43.538)	(132.675)
Impostos pagos sobre os lucros	26	(47.448)	(43.979)	(61.290)	(45.982)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades operacionais		<u>(888.159)</u>	<u>(111.952)</u>	<u>(645.715)</u>	<u>(284.428)</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Aquisição de ativo imobilizado	16	(692.550)	(791.521)	(751.412)	(814.352)
Aquisição de ativo intangível	17	(8.345)	(5.365)	(73.878)	(5.365)
Aquisição de ativo biológico	14	(378.380)	(89.747)	(378.380)	(89.747)
Acréscimo de investimento		(105.617)	(30.031)	(1.649)	(17.998)
Acréscimo imóveis para revenda		(2.220)	(330)	(2.220)	(330)
Baixa imóveis para revenda		83	11.440	9.704	11.440
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento		<u>(1.187.029)</u>	<u>(905.554)</u>	<u>(1.197.835)</u>	<u>(916.352)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Financiamentos bancários tomados	20	5.331.248	3.430.786	5.724.640	3.622.864
Financiamentos bancários - capital amortizado	20	(2.778.460)	(2.095.870)	(3.326.623)	(2.095.870)
Aumento capital novos sócios	27.a	276	251	329	251
Baixa de capital de sócios	27.a	(9.116)	(10.347)	(9.116)	(9.037)
Traferência cotas parte procap	27.a	(7.908)	(8.078)	(7.908)	(8.078)
Pagamento de sobras	27.b	(67.816)	(42.355)	(67.816)	(42.355)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		<u>2.468.224</u>	<u>1.274.387</u>	<u>2.313.506</u>	<u>1.467.775</u>
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		<u>393.036</u>	<u>256.881</u>	<u>469.956</u>	<u>266.995</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	10	<u>582.624</u>	<u>325.743</u>	<u>603.867</u>	<u>336.872</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	10	<u>975.660</u>	<u>582.624</u>	<u>1.073.823</u>	<u>603.867</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Lar Cooperativa Agroindustrial (“Cooperativa”, “Cooperativa e suas controladas” ou “Grupo”), com sede na Avenida 24 de Outubro, nº 59 na cidade de Medianeira - PR, é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, que tem como objetivo social a congregação dos seus sócios para exercício de suas atividades econômicas, sem o objetivo de lucro. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no país.

A sociedade possui uma estrutura própria de recebimento, secagem, armazenamento de cereais, lojas de insumos e atendimento, composta por 74 (setenta e quatro) unidades, 12 (doze) indústrias, uma rede de 16 (dezesseis) supermercados, 01 (uma) unidade produtora de matrizes de suínos, 02 (duas) unidades de recria de aves, 03 (três) unidades produtoras de desmamados, 01 (uma) unidade incubadora de ovos, 01 (uma) unidade de produção de pintainhos, 01 (uma) unidade de beneficiamento de sementes, 02 (duas) unidades produtoras de leitões, 01 (uma) unidade de tratamento de madeira, 01 (uma) central de inseminação de suínos, 01 (uma) unidade tecnológica e 01 (uma) unidade de revenda de máquinas agrícolas.

2 Entidades controladas

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Cooperativa e suas controladas, conforme lista abaixo:

	País	Moeda	Participação acionária em %	
			2021	2020
Lar Transportes Ltda.	Brasil	Reais (R\$)	99,99	99,99
Lar S.R.L (participação indireta)	Paraguai	Guarani (G\$)	99,99	99,99
Lar Trading Corporation	Ilhas Virgens Britânicas	Dólar (US\$)	100	100
WBILL Participações Societárias Ltda.	Brasil	Reais (R\$)	100	-
Granjeiro Alimentos Ltda. (participação indireta)	Brasil	Reais (R\$)	100	-

Lar Transportes Ltda.

A Lar Transportes Ltda. está sediada na Avenida Brasília, nº 540 - Centro, no município de Medianeira, Estado do Paraná, e tem por objeto social o transporte rodoviário de carga e mudanças, comércio varejista de combustíveis e lubrificantes, assim como serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores. A Lar Transportes Ltda. possui 99,99% das cotas da Lar S.R.L e a partir do ano de 2021 assumiu a gestão dos 07 (sete) postos de combustíveis, que anteriormente eram da Lar Cooperativa Agroindustrial, através de arrendamento.

Lar S.R.L.

A Lar S.R.L. está sediada na cidade de Hernandarias – Alto Paraná, no Paraguai, tem como objeto social o comércio, transporte, representação, importação e exportação de cereais, fertilizantes, lubrificantes, inseticidas, herbicidas e produtos alimentícios, entre outros.

Lar Trading Corporation

A Lar Trading Corporation está sediada nas Ilhas Virgens Britânicas como uma Sociedade Comercial Internacional e tem como objetivo a intermediação da Lar Cooperativa no exterior como uma das formas de comercialização de produtos agrícolas e industriais no mercado internacional.

WBILL Participações Societárias Ltda.

Pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Rolândia, Estado do Paraná, na Chácara Welter, SN, Lote 15-E, Bairro Gleba Três Bocas.

Granjeiro Alimentos Ltda.

A Granjeiro Alimentos Ltda. está sediada na Chácara Welter, s/n – Zona Rural, Rolândia - Paraná e tem como objetivo a produção, abate, indústria, comércio, exportação e importação de aves e pequenos animais.

3 Aquisição de negócios

Unidade industrial da Granjeiro Alimentos Ltda.

Em janeiro de 2021, a Lar Cooperativa Agroindustrial adquiriu 100% (cem por cento) das quotas representativas do capital social da WBILL Participações Societárias Ltda., controladora da Granjeiro Alimentos Ltda.

A sociedade controlada possui dentre outras, as atividades de produção, abate, indústria, comércio, exportação e importação de aves e pequenos animais, produtos e subprodutos resultantes do abate e industrialização, sendo proprietária de complexo industrial, envolvendo imóveis, unidades produtivas, máquinas, equipamentos, marcas, licenças, ativos intangíveis e outros bens e direitos.

Contraprestação transferida

A tabela a seguir resume o valor justo na data de aquisição da contraprestação transferida.

Preço aquisição		304.057
Total da contraprestação transferida		<u>304.057</u>
Caixa e equivalente de caixa		1.275
Total da contraprestação líquida		<u>302.782</u>
Ativos Identificáveis adquiridos e passivos assumidos		
Preço da aquisição		304.057
(-) Aquisição de estoques		(44.000)
(-) Patrimônio líquido contábil		<u>(19.923)</u>
Excedente a ser alocado	(A)	<u>240.134</u>
Ajuste no valor do imobilizado		3.482
Licenças (a)		<u>198.489</u>
Valor justo líquido identificado	(B)	<u>201.971</u>
Ágio (<i>goodwill</i>)	(A) - (B)	<u>38.163</u>

- a) O saldo é substancialmente composto por habilitações de exportação, com vida útil indefinida. A tabela a seguir resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição. *Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos*
A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos em janeiro de 2021:

	Saldo contábil consolidado	Ajustes ao valor justo	Custo de aquisição ajustado
Caixa e equivalente de caixa	1.275	-	1.275
Contas a receber de clientes	6.369	-	6.369
Estoques	6	-	6
Outros créditos	20.802	-	20.802
Investimentos	3.030	-	3.030
Imobilizado	79.463	3.482	82.945
Intangível	233	-	233
Licenças	-	198.489	198.489
Fornecedores	(13.785)	-	(13.785)

Empréstimos	(2.301)	-	(2.301)
Tributos e contribuições sociais e imposto diferido	(18.914)	-	(18.914)
Adiantamento de clientes	(54.825)	-	(54.825)
Outras contas a pagar	(1.430)	-	(1.430)
Total de ativos identificáveis líquidos	<u>19.923</u>	<u>201.971</u>	<u>221.894</u>

Os ativos intangíveis e tangíveis identificados na combinação de negócios e já incluídos no quadro acima, totalizam R\$ 201.971, conforme demonstrado acima.

Mensuração de valor justo

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

Ativos adquiridos	Técnica de avaliação
Imobilizado	Técnica de comparação de mercado e técnica de custo: o modelo de avaliação considera os preços de mercado para itens semelhantes, quando disponível, e o custo de reposição depreciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica.
Intangível	Métodos de avaliação <i>With or Without</i> (WoW), o método se considera dois cenários de fluxo de caixa assim sendo a diferença entre os dois cenários resulta a estimativa de valor justo do ativo intangível e o método Multi Period Excess Earnings (MPEEM) que pressupõem que o valor justo de um ativo intangível, é igual ao valor presente dos fluxos de caixa atribuível para o bem analisado.

4 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Lar Cooperativa Agroindustrial foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e disposições específicas aplicáveis às sociedades cooperativas contidas na Lei nº 5.764/71, bem como nas interpretações técnicas contidas no ITG 2004 – Entidade Cooperativa.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 14 de janeiro de 2022.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 8.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Cooperativa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

6 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, ingressos e receitas, dispêndios e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas na nota explicativa 8(p) – prazo do arrendamento; se o Grupo tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação; nota explicativa 3 – aquisição de negócios; nota explicativa 16 - valores provisórios reconhecidos em 31 de dezembro de 2020.

(b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem riscos significativos de resultar em um ajuste material dos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 11 – mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- Nota explicativa 13 – determinação do valor justo dos estoques de produtos agrícolas e estoques a fixar (*commodities*);
- Nota explicativa 14 - determinação do valor justo dos ativos biológicos com base em dados não observáveis significativos;
- Nota explicativa 16 – vida útil e valor residual dos ativos imobilizados;
- Nota explicativa 17 – teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;
- Nota explicativa 18 – determinação do valor justo dos débitos de associados relacionados aos estoques a fixar e à provisão para fixação;
- Nota explicativa 25 – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Nota explicativa 26 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota explicativa 36 – determinação de valor justo dos instrumentos financeiros derivativos.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas contábeis aplicáveis, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 3 – aquisição de negócios;
- Nota explicativa 13 – estoques;
- Nota explicativa 14 – ativo biológico; e
- Nota explicativa 36 – instrumentos financeiros.

7 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, estoque de produtos agrícolas e ativos biológicos, débito de associados relacionados aos estoques a fixar, provisão para fixação e ativos e passivos líquidos identificáveis na combinação de negócios que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo.

8 Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

(i) *Combinação de negócios*

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para o Grupo. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, o Grupo avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar output.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

(ii) *Controladas*

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(iii) *Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial*

Os investimentos do Grupo em sociedades não-cooperativas foram contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial e compreendem suas participações em coligadas.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou

prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(iv) ***Investimentos em entidades Cooperativas contabilizados pelo método de custo***

Os investimentos do Grupo em sociedades cooperativas foram avaliados pelo custo de aquisição e refletem o valor de realização do investimento, conforme requerido pelo ITG 2004 – Entidade Cooperativa.

(v) ***Transações eliminadas na consolidação***

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Cooperativa na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

(i) ***Transações em moeda estrangeira***

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real, que é a moeda funcional da Cooperativa, pela taxa de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

(ii) ***Operações no exterior***

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

c. Receita com clientes

Os ingressos e receitas operacionais são reconhecidos de acordo com os preceitos do CPC 47 “Receita de contratos com Clientes” que estabelece que a receita seja reconhecida quando (i) a obrigação de desempenho é cumprida, ou sejam, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada transação é transferido ao cliente e associados, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Cooperativa, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de descontos comerciais e bonificações.

Os ingressos e receitas são mensurados pelo valor justo recebido ou a receber, líquidos de devoluções, descontos comerciais, bonificações e quaisquer outras deduções similares.

O momento da transferência do controle varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. Para venda de produtos agroindustriais, a transferência normalmente ocorre no carregamento dos produtos pelo transportador (modalidade FOB) ou quando o produto é entregue no armazém do cliente (modalidade CIF); entretanto, para alguns embarques internacionais, a transferência do controle ocorre mediante o carregamento das mercadorias no respectivo navio localizado no porto. Geralmente, o comprador não tem direito de devolução para tais produtos.

Os ingressos e receitas de prestação de serviços são reconhecidos tendo-se como base a etapa de execução dos

serviços realizados até a data-base do balanço, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente.

d. Obrigações com associados e fornecedores

São originadas por aquisições de bens ou serviços no exercício das atividades operacionais e reconhecidas aos valores de negociação. Os produtos ainda não fixados estão provisionados pelo preço de compra praticado pelo Grupo na data das demonstrações financeiras.

e. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

f. Subvenção e assistência governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que o Grupo irá cumprir as condições associadas com a subvenção e são posteriormente reconhecidas no resultado como “Ingressos e receitas operacional líquidas” para as subvenções da Lei Brandão e Termo de acordo 1.265/2020 – MS, e em ‘Outros dispêndios e ingressos operacionais’ para as subvenções do Paraná Competitivo, em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas.

g. Receita financeira e despesa financeira

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variação cambial ativa, juros recebidos e descontos obtidos que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com descontos concedidos, variação cambial passiva e despesas com juros de empréstimos e financiamentos.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

h. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício decorrente das operações com não cooperados. O resultado das operações com cooperados não são tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

i. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos dos custos de venda, sendo que quaisquer alterações são reconhecidas no resultado.

j. Estoques

Os insumos e mercadorias para revenda (supermercados, postos e farmácia veterinária) foram avaliados pelo método de custo de aquisição, líquidos de seus impostos recuperáveis, não excedendo seu valor realizável líquido.

Os produtos agrícolas foram avaliados pelo valor de mercado, considerando o preço de fechamento no encerramento do exercício, líquidos de seus impostos recuperáveis não excedendo seu valor realizável líquido.

Os produtos agrícolas a fixar foram avaliados pelo valor de mercado considerando o preço de fechamento do exercício.

Os produtos industriais foram avaliados pelo custo médio de produção, líquido dos impostos recuperáveis, não excedendo o valor realizável líquido.

As matérias-primas, materiais secundários e almoxarifados foram avaliados pelo custo médio de aquisição, não excedendo seu valor realizável líquido.

k. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Prédios e benfeitorias	20 a 60 anos
Máquinas e equipamentos	20 a 40 anos
Móveis e utensílios	10 a 15 anos
Veículos	5 anos

Equipamentos de informática	5 a 10 anos
Ferramentas	10 anos
Instalações	10 a 20 anos
Pátios e instalações	10 a 20 anos
Poços artesianos	25 anos
Equipamentos contra incêndio	10 anos
Instalações hidráulicas	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

I. Ativos intangíveis e ágio

(i) Reconhecimento e mensuração

Ágio

O ágio decorre da incorporação da planta de industrial frigorífica de abate de aves adquirida da Massa Falida da Chapecó na cidade de Cascavel – PR, conhecida agora pelo nome de Unidade Industrial de Aves 2 – UIA 2, bem como decorrente da aquisição da Granjeiro - UIA3, mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Carteira de clientes

Refere-se a relacionamento com cliente, têm vidas úteis finitas, e foi gerado na incorporação da planta de industrial frigorífica de abate de aves adquirida da Massa Falida da Chapecó na cidade de Cascavel – PR.

Habilitações

Refere-se à habilitações para exportação, principalmente para China e países da Europa. Essas estão atreladas à incorporação da planta frigorífica de Cascavel e da aquisição da Granjeiro - UIA3. Não há vida útil definida para esses intangíveis.

Marcas e patentes

As marcas e patentes possuem vida útil definida e testes de redução ao valor recuperável anuais são realizados de acordo com as práticas contábeis existentes.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis compreendem os sistemas de informática (*softwares*) e licenças de uso destes, têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) *Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) *Amortização*

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio de marcas e patentes não é amortizado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Marcas e patentes	10 anos
<i>Softwares</i>	5 anos
Carteira de clientes	3 meses
Fundo de comércio	5 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

m. Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR (valor justo por meio do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros ao VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento*Ativos financeiros*

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

n. Redução ao valor recuperável (*impairment*)**(i) Ativos financeiros não-derivativos***Instrumentos financeiros e ativos contratuais*

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.
O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:
- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e associados são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso e sem garantias que possam ser utilizadas para a sua realização.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).
- as perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- as perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes e associados, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

(ii) **Ativos não financeiros**

Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos biológicos, estoques e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

o. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Provisões para contingências são reconhecidas apenas quando é provável que desembolsos de caixa ocorrerão e seu valor é determinado com base na estimativa das ações em curso.

As contingências de natureza fiscal, cível e trabalhista objeto de contestações judiciais são reavaliadas periodicamente e contabilizadas com base nas opiniões dos assessores jurídicos e da Administração sobre o provável desfecho dos processos judiciais nas datas de divulgação.

p. Arrendamentos

No início do contrato, o Grupo determina se ele é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

(i) **Como arrendatário**

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente medidos utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A partir de 1 de janeiro de 2021, a medida em que a base para determinar os pagamentos futuros do arrendamento muda conforme exigido pela reforma da taxa de juros de referência, o Grupo reavalia o passivo do arrendamento descontando os pagamentos do arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada que reflete a mudança para uma taxa de juros de referência alternativa.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de informática. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

(ii) Como arrendador

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando o Grupo atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, o Grupo faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, o Grupo considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando o Grupo é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que o Grupo, como arrendatário, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ele classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, o Grupo aplicará o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato.

O Grupo aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento. O Grupo também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

O Grupo reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de 'outras receitas'.

q. Segregação do resultado com associados e terceiros

As sobras e os resultados são segregados de acordo com atos praticados pelos associados e não associados e apropriados em contas contábeis individualizadas. Havendo impossibilidade de apropriação direta de tais valores por serem comuns aos atos cooperados e não cooperados, estes são rateados proporcionalmente conforme critérios estabelecidos pela Cooperativa. Para efeito de sobras seguem os critérios utilizados para rateio do ato cooperativo e não cooperativo:

- Para produtos agrícolas, pecuários e industriais, a proporcionalidade de aquisições dos produtos de associados e não associados; e
- Para insumos, a proporcionalidade das vendas efetuadas a associados e não associados.

r. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 6(b)(i)).

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se ao Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

9 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. O Grupo determinou que todos os contratos

existentes em 31 de dezembro de 2021 serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor.

Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32)

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componente do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.

Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).

10 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e bancos	66.138	34.985	164.200	56.228
Moeda estrangeira a converter	39.528	41.877	39.528	41.877
Numerário em trânsito	1.317	1.690	1.317	1.690
Aplicações financeiras	868.677	504.072	868.778	504.072
	<u>975.660</u>	<u>582.624</u>	<u>1.073.823</u>	<u>603.867</u>

As aplicações financeiras são de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e debêntures remuneradas a taxa média de 90,18% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (95,48% em 2020).

Moeda estrangeira a converter referem-se a valores recebidos em moeda estrangeira, porém com fechamento de câmbio ainda não realizado.

11 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Crédito de associados				
Títulos a receber	1.089.077	644.237	1.089.079	644.239
Contratos de permuta	88.280	118.673	88.280	118.673
Cotas parte - Procap	-	7.908	-	7.908
Outros	99	10.465	99	10.465
(-) Perda esperada do contas a receber	(13.670)	(15.747)	(13.670)	(15.747)
Crédito de não associados				
Títulos a receber	185.247	123.945	250.939	169.542

Outros	4.015	1.351	4.015	1.351
(-) Perda esperada do contas a receber	(7.257)	(5.263)	(7.257)	(5.263)
Clientes				
Títulos a receber mercado interno	836.334	561.480	1.311.561	572.158
Títulos a receber mercado externo	147.098	179.557	142.804	574.639
(-) Perda esperada do contas a receber	(1.520)	(875)	(6.716)	(2.827)
Total dos recebíveis	<u>2.350.150</u>	<u>1.647.616</u>	<u>2.886.777</u>	<u>2.098.975</u>
(-) Perda esperada do contas a receber	<u>(22.447)</u>	<u>(21.885)</u>	<u>(27.643)</u>	<u>(23.837)</u>
	<u>2.327.703</u>	<u>1.625.731</u>	<u>2.859.134</u>	<u>2.075.138</u>
Circulante	2.252.720	1.523.691	2.718.458	1.927.500
Não circulante	74.983	102.040	140.676	147.638

A perda esperada do contas a receber é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas prováveis nas contas a receber de associados, não associados e clientes. A perda esperada do contas a receber é calculada com base na avaliação individual da situação de cada associado ou terceiro, considerando as informações históricas de pagamento para realizar a provisão sobre os saldos a vencer bem como análise dos saldos vencidos existentes na data de encerramento das demonstrações financeiras, levando em consideração também as garantias fornecidas. A movimentação da provisão para perdas esperadas está apresentada da seguinte forma:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial em 1º de janeiro	21.885	20.655	23.837	21.020
(+) Constituição	10.004	9.355	12.097	10.942
(-) Reversão	(9.442)	(8.125)	(11.394)	(8.125)
(+) Variação cambial	-	-	3.103	-
Saldo final em 31 de dezembro	<u>22.447</u>	<u>21.885</u>	<u>27.643</u>	<u>23.837</u>
Circulante	9.955	11.042	15.151	12.994
Não circulante	12.492	10.843	12.492	10.843

A composição por vencimento (*aging list*) dos créditos de associados, não associados e clientes está apresentado da seguinte forma:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2021	2020	2021	2020
A vencer	2.285.351	1.615.708	2.807.777	2.055.760
Vencidos até 30 dias	7.038	11.839	9.410	19.948
Vencidos de 31 a 60 dias	301	1.606	3.892	1.760
Vencidos de 61 a 90 dias	17	77	717	453
Vencidos de 91 a 120 dias	16.026	1.411	16.987	1.932
Vencidos de 121 a 180 dias	805	3.642	2.492	4.289
Vencidos há mais de 180 dias	40.612	13.333	45.502	14.833
	<u>2.350.150</u>	<u>1.647.616</u>	<u>2.886.777</u>	<u>2.098.975</u>

12 Tributos a recuperar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2021	2020	2021	2020
ICMS a recuperar (a)	329.290	187.252	411.986	243.902
PIS e COFINS (b)	91.475	18.125	95.657	18.125
Outros	<u>367</u>	<u>345</u>	<u>28.743</u>	<u>1.300</u>

	<u>421.132</u>	<u>205.722</u>	<u>536.386</u>	<u>263.327</u>
Circulante	130.777	37.151	217.486	83.939
Não circulante	290.355	168.571	318.900	179.388

- (a) Os saldos de ICMS a recuperar são provenientes das transações normais do Grupo. Parte significativa da produção da Cooperativa é comercializada no mercado externo e, portanto, sem a incidência de ICMS. Esta situação gera um acúmulo de créditos tributários deste imposto, cuja realização dar-se-á, substancialmente, pela transferência a terceiros através do Sistema de Controle de transferência e Utilização de Créditos Acumulados (SISCREDE), mantido pelo Governo do Estado do Paraná.

Em função de que a comercialização desses créditos com terceiros ocorre somente mediante concessão de deságio sobre os valores escriturais, a Administração adota a política de reconhecer contabilmente uma provisão para desvalorização sobre o total do crédito de ICMS de maneira a refletir as expectativas reais de realização de tais créditos, as quais são baseadas no histórico passado de negociações efetivadas, bem como nas condições correntes de mercado e perspectivas futuras observadas na data de 31 de dezembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2021, a referida provisão perfaz o montante de R\$ 107.923 (R\$ 87.111 em 2020), o qual foi considerado suficiente para cobrir eventuais perdas financeiras, estando o saldo contábil apresentado pelo valor líquido.

- (b) O saldo de créditos de PIS e COFINS decorre de receitas de exportação as quais são isentas. A estratégia da Cooperativa para realização desses créditos é através de compensação com débitos fiscais de esfera federal e ressarcimento.

13 Estoques

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2021	2020	2021	2020
Estoque de produtos agrícolas (i)	1.032.380	734.578	1.154.587	762.271
Estoque de bens de fornecimento (ii)	925.395	481.566	1.026.313	555.141
Estoque a fixar (iii)	1.169.031	439.626	1.218.419	445.350
Estoque de produto acabado	504.634	152.706	504.634	152.706
Estoque de almoxarifado	100.697	65.667	101.893	66.437
Estoque de matéria prima	97.034	63.470	97.034	63.470
Estoque de supermercado	28.065	17.613	28.065	17.613
Estoque de produtos pecuários	23.203	15.338	23.203	15.338
Estoque de máquinas agrícolas	2.413	-	2.413	-
Estoque em trânsito	13.153	7.298	13.165	7.298
	<u>3.896.005</u>	<u>1.977.862</u>	<u>4.169.726</u>	<u>2.085.624</u>

- (i) Refere-se a estoques de *commodities*, essencialmente adquiridos com a finalidade de venda no futuro próximo e gerar resultados com base nas variações de preços ou na margem dos operadores. Tais estoques são valorizados ao valor justo menos o custo de vendas.
- (ii) Refere-se a insumos agrícolas diversos, tais como sementes, fertilizantes, defensivos agrícolas, entre outros.
- (iii) Refere-se a produtos recebidos de associados com preço a fixar e foram registrados contabilmente em conta própria de estoque, individualizada, tendo contrapartida registrada em conta de passivo, mensurados ao valor justo.

14 Ativo biológico

Os saldos contábeis dos ativos biológicos no ativo circulante e no ativo não circulante estão apresentados a seguir:

a. Composição do saldo

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2021	2020	2021	2020
Ativos biológicos em formação				
Aves	318.623	155.339	318.623	155.339
Suínos	191.737	144.490	191.737	144.490

Ovos férteis	4.200	2.856	4.200	2.856
Circulante	<u>514.560</u>	<u>302.685</u>	<u>514.560</u>	<u>302.685</u>
Ativos biológicos matrizes e outros				
Aves matrizes	155.434	90.336	155.434	90.336
Suínos matrizes	17.122	15.707	17.122	15.707
Florestas	13.840	13.208	13.840	13.208
Outros	8.880	7.284	8.880	7.284
(-) Amortização	<u>(44.133)</u>	<u>(36.547)</u>	<u>(44.133)</u>	<u>(36.547)</u>
Não circulante	<u>151.143</u>	<u>89.988</u>	<u>151.143</u>	<u>89.988</u>

Ativos biológicos em formação

Os ativos biológicos em formação referem-se, substancialmente, a aves e suínos cujo período de formação é de, aproximadamente, 45 dias e 180 dias, respectivamente, e serão utilizados para o abate e produção de carnes. A Administração considerou que em função de seu curto ciclo de formação, assim como pela inexistência de mercado ativo próprio, o seu custo representa, substancialmente, o valor justo destes ativos biológicos neste estágio de formação.

Matrizes

Os ativos biológicos de matrizes de aves e suínos têm vida útil de 65 semanas e 24 meses, respectivamente. Como parte do processo de determinação do valor justo, a Administração considerou os seguintes elementos: a) curto período de tempo de formação; b) a ausência de mercado ativo para as matrizes; e c) o fato de que a venda não representa o negócio principal do Grupo, as quais são realizadas com o principal propósito de recuperar custos. Com base nestes elementos, na avaliação do Grupo, o valor justo de tais ativos biológicos, não apresentaram variações significativas em relação ao custo de aquisição/formação e está representado por seu custo de formação, considerando o curto ciclo de vida dos animais.

Florestas

No que se refere ao valor justo das florestas, para a determinação do valor justo, a Administração considerou que a totalidade da madeira proveniente das florestas é utilizada como insumo para a produção de *pallets* e lenha utilizada integralmente para consumo interno. Desta forma, o valor justo da floresta, está, substancialmente, representado por seu custo de formação.

b. Movimentação do custo (Controladora e Consolidado)

	<u>2021</u>				
	Saldo em 1º de janeiro de 2021	Adições (i)	Baixas (j)	Saldo em 31 de dezembro de 2021	
Aves	155.339	16.485.962	(16.322.678)	318.623	
Suínos	144.490	4.235.931	(4.188.684)	191.737	
Ovos férteis	2.856	162.800	(161.456)	4.200	
Aves matrizes	90.336	148.685	(83.587)	155.434	
Suínos matrizes	15.707	8.838	(7.423)	17.122	
Florestas	13.208	1.579	(947)	13.840	
Semoventes	<u>7.284</u>	<u>7.403</u>	<u>(5.807)</u>	<u>8.880</u>	
	<u>429.220</u>	<u>21.051.198</u>	<u>(20.770.582)</u>	<u>709.836</u>	
	<u>2020</u>				
	Saldo em 1º de janeiro de 2020	Adições (i)	Baixas (j)	Transferências	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Aves	74.689	6.922.468	(6.841.818)	-	155.339
Suínos	84.016	2.134.794	(2.074.320)	-	144.490
Ovos férteis	4.482	170.183	(171.809)	-	2.856
Novilhas	2.037	262	(2.299)	-	-

Aves matrizes	70.067	73.105	(52.836)	-	90.336
Suínos matrizes	11.759	10.197	(5.965)	(284)	15.707
Florestas	14.390	1.713	(2.895)	-	13.208
Semoventes	4.712	4.734	(2.446)	284	7.284
Pastagens	457	-	(457)	-	-
	<u>266.609</u>	<u>9.317.456</u>	<u>(9.154.845)</u>	<u>-</u>	<u>429.220</u>

- (i) Os saldos de movimentações das adições e baixas do ativo biológico contemplam as transações de movimentações de transferência de produtos entre a área comercial e área industrial de aves, principalmente relacionado a transferência de estoque de *commodities*, utilizada na produção das aves, que por sua vez, não impactou as demonstrações financeiras de fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

c. Movimentação da amortização (Controladora e Consolidado)

Controladora	2021			
	Saldo em 1º de janeiro de 2021	Adições	Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Aves matrizes	(26.751)	(57.618)	51.787	(32.582)
Suínos matrizes	(6.673)	(7.986)	6.148	(8.511)
Semoventes	(3.123)	(4.284)	4.367	(3.040)
	<u>(36.547)</u>	<u>(69.888)</u>	<u>62.302</u>	<u>(44.133)</u>

Controladora	2020				
	Saldo em 1º de janeiro de 2020	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Aves matrizes	(19.746)	(50.498)	43.493	-	(26.751)
Suínos matrizes	(3.876)	(8.090)	5.177	116	(6.673)
Semoventes	(1.544)	(2.870)	1.407	(116)	(3.123)
Pastagens	(457)	-	457	-	-
	<u>(25.623)</u>	<u>(61.458)</u>	<u>50.534</u>	<u>-</u>	<u>(36.547)</u>

15 Investimentos

a. Composição do saldo

Em entidades cooperativas (i)	Participação	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Frimesa Cooperativa Central	24,43%	51.110	51.110	51.110	51.110
Cotriguaçu Cooperativa Central	23,94%	47.387	41.624	47.387	41.624
Lar Cooperativa de Crédito - LARCREDI	22,17%	1.676	66	1.676	66
Cooperativa Sicredi Vanguarda	2,35%	3.796	3.574	3.796	3.589
Sicredi – MS		87	81	87	81
Cergrand - MS		96	63	96	63
Cerme		17	17	17	17
Sicredi – Aliança		15	10	15	10
Sicredi – SC		2	2	2	2
Cresol Costa Oeste		1	1	1	1
Cooperativa de crédito Uniced		10	-	10	-
Outros investimentos		21	2	2.746	58
		<u>104.218</u>	<u>96.550</u>	<u>106.943</u>	<u>96.621</u>

Em entidades controladas (ii)		Controladora		Consolidado	
	Participação	2021	2020	2021	2020
Lar Transportes Ltda.	99,99%	231.453	159.973	-	-
Lar Trading Corporation	99,99%	49	45	-	-
WBILL Participações Soc. Ltda. (iii)	99,99%	220.822	-	-	-
Supercampo S.A. (iv)	8,00%	1.926	250	1.926	250

	454.250	160.268	1.926	250
Ágio gerado na aquisição de empresas				
Ágio gerado na aquisição Kaefer	56.455	56.455	-	-
Ágio gerado na aquisição WBILL (iii)	38.163	-	-	-
	94.617	56.455	-	-
Total dos investimentos	653.086	313.273	108.869	96.871

- (i) Os investimentos em sociedades cooperativas estão avaliados pelo custo de aquisição, conforme requerido pelo ITG 2004 – Entidades Cooperativas.
- (ii) Os investimentos em outras entidades não cooperativas, Lar Transportes Ltda. e Lar Trading Corporation e WBILL Participações Soc. Ltda., foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os ganhos / perdas foram reconhecidos no resultado do exercício no montante de R\$ 33.257 (R\$ 12.673 em 2020). O restante da variação dos investimentos em entidades não cooperativas no montante de R\$ 39.563 (R\$ 24.776 em 2020) refere-se a variação cambial decorrente de ajuste de conversão dos respectivos investimentos no exterior.
- (iii) No ano de 2021 foi adquirido 100% das ações da empresa WBILL Participações Societárias Ltda., vide nota explicativa 3. Compõe o saldo do investimento as licenças adquiridas na combinação de negócio no montante de R\$ 198.489, valor contábil do patrimônio líquido da investida na aquisição de negócio no montante de R\$ 19.923, o ágio gerado na aquisição de negócio no valor de R\$ 38.163, conforme nota explicativa 3 e a equivalência patrimonial no exercício de 2021 o montante de R\$ 2.410.
- (iv) No ano de 2021 foram adquiridas 2.750 cotas de capital, no valor de R\$ 2.750, da Supercampo S.A., valor este que representa 8% do capital da Companhia.

b. Investimentos em empresas controladas e coligada avaliados pelo método de equivalência patrimonial

	Controladas			Coligada	Total
	Lar Transportes Ltda.	WBILL Participações Soc. Ltda	Lar Trading Corporation	Supercampo S.A.	
Ativo	253.252	94.432	18.482	25.497	391.663
Passivo	(21.776)	(72.098)	(18.432)	(1.418)	(113.724)
Capital social realizado	3.390	38.690	7	37.500	79.587
Quantidades de quotas/ações do capital (em mil)	3.367	38.690	7	3.000	45.064
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021	231.476	22.334	50	24.079	277.939
Participação de outros cotistas não controladores	23	-	-	34.500	34.523
Resultado do exercício	31.921	3.081	-	(6.007)	28.995
Prejuízo acumulado	-	-	-	(7.414)	(7.414)
Quantidades de quotas/ações possuídas (em mil)	231.453	38.690	7	3.000	273.150
Percentual de participação	99,99%	99,99%	100%	8%	
Participações de quotistas não controladores	0,01%	0,01%	-	92%	
Valor patrimonial em 31 de dezembro de 2021	<u>231.453</u>	<u>22.334</u>	<u>50</u>	<u>1.926</u>	<u>255.763</u>
Valor patrimonial antes da equivalência	159.973	19.924	45	3.000	182.942
Variação cambial investida no exterior	39.559	-	4	-	39.564
Equivalência patrimonial	<u>31.921</u>	<u>2.410</u>	<u>-</u>	<u>(1.074)</u>	<u>33.257</u>
	<u>231.453</u>	<u>22.334</u>	<u>49</u>	<u>1.926</u>	<u>255.763</u>

c. Investimentos em empresas controladas indiretamente avaliados pelo método de equivalência patrimonial

	Controladas indiretamente		
	Lar S.R.L. (*)	Frangos Granjeiro (**)	Total
Ativo	1.135.671	94.432	1.230.103
Passivo	899.380	72.098	971.478
Capital social realizado	118.386	38.690	157.076
Quantidades de quotas/ações do capital (em mil)	118.340	38.690	157.030
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020	236.291	22.334	258.625
Participação de outros cotistas não controladores	46	-	46
Resultado do exercício	35.713	3.081	38.794
Quantidades de quotas/ações possuídas (em mil)	118.386	38.690	157.076
Percentual de participação	99,99%	100%	
Participações de quotistas não controladores	0,01%	-	
Valor patrimonial em 31 de dezembro de 2020	<u>236.245</u>	<u>22.334</u>	<u>258.579</u>
Valor patrimonial antes da equivalência	160.973	19.924	180.897
Variação cambial investida no exterior	39.559	-	39.559
Equivalência patrimonial	<u>35.713</u>	<u>2.410</u>	<u>38.123</u>
	<u>236.245</u>	<u>22.334</u>	<u>258.579</u>

(*) Controlada integral da Lar Transportes Ltda.

(**) Controlada integral da WBILL Participações Societárias Ltda.

16 Imobilizado

a. Composição do saldo

	Controladora					
	2021			2020		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Terrenos	262.479	-	262.479	232.491	-	232.491
Prédios e benfeitorias	1.155.118	(340.959)	814.159	985.156	(293.805)	691.351
Máquinas e equipamentos	1.057.092	(451.871)	605.221	800.533	(389.150)	411.383
Móveis e utensílios	50.758	(25.316)	25.442	39.135	(22.315)	16.820
Veículos	213.192	(104.894)	108.298	156.343	(80.957)	75.386
Equipamentos de informática	26.006	(12.680)	13.326	18.279	(11.955)	6.324
Ferramentas	44	(41)	3	44	(41)	3
Instalações	50.872	(23.630)	27.242	48.136	(19.583)	28.553
Pátios e estacionamentos	64.886	(16.503)	48.383	44.754	(11.775)	32.979
Poços artesianos	4.493	(1.563)	2.930	4.440	(1.385)	3.055
Equipamentos contra incêndios	9.158	(2.999)	6.159	7.737	(2.152)	5.585
Instalações hidráulicas	509	(509)	-	509	(509)	-
Imobilizações em andamento	989.778	-	989.778	862.829	-	862.829
	<u>3.884.385</u>	<u>(980.965)</u>	<u>2.903.420</u>	<u>3.200.386</u>	<u>(833.627)</u>	<u>2.366.759</u>

Consolidado						
	2021			2020		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Terrenos	299.106	-	299.106	249.039	-	249.039
Prédios e benfeitorias	1.208.237	(351.600)	856.637	1.029.674	(305.993)	723.681
Máquinas e equipamentos	1.203.215	(512.633)	690.582	868.650	(426.393)	442.257
Móveis e utensílios	52.763	(26.257)	26.506	40.384	(23.007)	17.377
Veículos	232.668	(113.415)	119.253	165.571	(87.405)	78.166
Equipamentos de informática	28.159	(13.978)	14.181	19.365	(12.814)	6.551
Ferramentas	83	(41)	42	44	(41)	3
Instalações	65.628	(24.394)	41.234	48.529	(19.888)	28.641
Pátios e estacionamentos	64.886	(16.503)	48.383	44.754	(11.775)	32.979
Poços artesianos	4.809	(1.563)	3.246	4.440	(1.385)	3.055
Equipamentos contra incêndios	9.180	(2.999)	6.181	7.737	(2.152)	5.585
Instalações hidráulicas	509	(509)	-	509	(509)	-
Imobilizações em andamento	993.426	-	993.426	862.853	-	862.853
	<u>4.162.669</u>	<u>(1.063.892)</u>	<u>3.098.777</u>	<u>3.341.549</u>	<u>(891.362)</u>	<u>2.450.187</u>

Intercooperação Cooperativa Agroindustrial Copagril e Lar Cooperativa Agroindustrial - aquisição da unidade industrial de aves e unidade industrial de rações

Em dezembro de 2020, a Lar Cooperativa Agroindustrial realizou uma Aliança Estratégica de Intercooperação com a Cooperativa Agroindustrial Copagril, adquirindo dessa a unidade industrial de aves, localizada na cidade de Marechal Cândido Rondon, e a unidade industrial de rações, localizada na cidade de Entre Rios Do Oeste. Esta aliança possibilita aos associados da Copagril a manutenção e crescimento da atividade avícola, haja visto que, o fornecimento das aves é mantido pela Copagril e a industrialização da produção é operacionalizada pela Lar Cooperativa Agroindustrial.

O preço de venda determinado no contrato de compra e venda celebrado entre as partes foi de R\$ 400.000, sendo R\$ 150.000 pagos ainda no exercício de 2020 e R\$ 250.000 pagos em 2021. Em 2020, para fins de reconhecimento inicial da operação, o registro da operação ocorreu na rubrica de imobilizado, no subgrupo de “imobilizações em andamento” até que os trâmites burocráticos de identificação detalhada e subsequente transferência dos ativos fossem concluídos. Desta forma, uma vez concluído esse processo, as seguintes reclassificações foram realizadas no exercício de 2021:

Terrenos	10.160
Prédios e benfeitorias	157.930
Máquinas e equipamentos	212.888
Móveis e utensílios	4.834
Veículos	9.118
Equipamentos de informática	<u>5.070</u>
	<u>400.000</u>

b. Movimentação do custo

Controladora	2021				
	Saldo em 1º de janeiro de 2021	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Terrenos	232.491	19.847	(19)	10.160	262.479
Prédios e benfeitorias	985.156	-	(171)	170.133	1.155.118
Máquinas e equipamentos	800.533	4.099	(2.353)	254.813	1.057.092
	39.135	4.929	(236)	6.930	50.758
Móveis e utensílios					
Veículos	156.343	51.704	(4.040)	9.185	213.192
Equipamentos de informática	18.279	4.365	(1.725)	5.087	26.006
Ferramentas	44	1	-	(1)	44
Instalações	48.136	-	(7)	2.743	50.872
Pátios e estacionamentos	44.754	-	-	20.132	64.886
Poços artesianos	4.440	53	-	-	4.493

Equipamentos contra incêndios	7.737	-	-	1.421	9.158
Instalações hidráulicas	509	-	-	-	509
Imobilizações em andamento	862.829	607.552	-	(480.603)	989.778
	<u>3.200.386</u>	<u>692.550</u>	<u>(8.551)</u>	<u>-</u>	<u>3.884.385</u>

2021

Consolidado	Saldo em 1º de janeiro de 2021	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31 de junho de 2021
Terrenos	249.039	39.927	(20)	10.160	299.106
Prédios e benfeitorias	1.029.674	2.842	(171)	175.892	1.208.237
Máquinas e equipamentos	868.650	72.435	(3.789)	265.920	1.203.215
Móveis e utensílios	40.384	5.685	(236)	6.930	52.763
Veículos	165.571	61.952	(4.040)	9.185	232.668
Equipamentos de informática	19.365	5.432	(1.725)	5.087	28.159
Ferramentas	44	40	-	(1)	83
Instalações	48.529	14.010	(7)	3.096	65.628
Pátios e estacionamentos	44.754	-	-	20.132	64.886
Poços artesianos	4.440	369	-	-	4.809
Equipamentos contra incêndios	7.737	22	-	1.421	9.180
Instalações hidráulicas	509	-	-	-	509
Imobilizações em andamento	862.853	628.394	-	(497.822)	993.426
	<u>3.341.549</u>	<u>831.108</u>	<u>(9.988)</u>	<u>-</u>	<u>4.162.669</u>

2020

Controladora	Saldo em 1º de janeiro de 2020	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Terrenos	212.218	22.161	(1.888)	-	232.491
Prédios e benfeitorias	975.753	162	(5.742)	14.983	985.156
Máquinas e equipamentos	805.799	6.864	(4.867)	(7.263)	800.533
Móveis e utensílios	35.889	2.713	(457)	990	39.135
Veículos	125.971	43.002	(13.535)	905	156.343
Equipamentos de informática	14.587	3.869	(182)	5	18.279
Ferramentas	48	-	(4)	-	44
Instalações	56.509	12	(8.633)	248	48.136
Pátios e estacionamentos	35.033	-	(941)	10.662	44.754
Poços artesianos	4.579	-	(202)	63	4.440
Equipamentos contra incêndios	6.497	-	-	1.240	7.737
Instalações hidráulicas	509	-	-	-	509
Imobilizações em andamento	85.435	962.738	(163.511)	(21.833)	862.829
	<u>2.358.827</u>	<u>1.041.521</u>	<u>(199.962)</u>	<u>-</u>	<u>3.200.386</u>

2020

Consolidado	Saldo em 1º de janeiro de 2020	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Terrenos	225.140	25.787	(1.888)	-	249.039
Prédios e benfeitorias	1.013.491	6.493	(5.742)	15.432	1.029.674
Máquinas e equipamentos	863.208	16.755	(4.867)	(6.446)	868.650
Móveis e utensílios	36.900	2.951	(457)	990	40.384
Veículos	134.033	44.168	(13.535)	905	165.571
Equipamentos de informática	15.443	4.099	(182)	5	19.365
Ferramentas	48	-	(4)	-	44
Instalações	56.843	71	(8.633)	248	48.529
Pátios e estacionamentos	35.033	-	(941)	10.662	44.754
Poços artesianos	4.579	-	(202)	63	4.440
Equipamentos contra incêndios	6.497	-	-	1.240	7.737
Instalações hidráulicas	509	-	-	-	509
Imobilizações em andamento	85.435	964.028	(163.511)	(23.099)	862.853
	<u>2.477.159</u>	<u>1.064.352</u>	<u>(199.962)</u>	<u>-</u>	<u>3.341.549</u>

c. Movimentação da depreciação

		2021			
Controladora	Saldo em 1º de janeiro de 2021	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 30 de dezembro de 2021
Prédios e benfeitorias	(293.805)	(46.187)	21	(988)	(340.959)
Máquinas e equipamentos	(389.150)	(66.362)	2.640	1.001	(451.871)
Móveis e utensílios	(22.315)	(3.113)	190	(78)	(25.316)
Veículos	(80.957)	(26.452)	2.511	4	(104.894)
Equipamentos de informática	(11.955)	(2.409)	1.669	15	(12.680)
Ferramentas	(41)	-	-	-	(41)
Instalações	(19.583)	(4.099)	7	45	(23.630)
Pátios e estacionamentos	(11.775)	(4.729)	-	1	(16.503)
Poços artesianos	(1.385)	(178)	-	-	(1.563)
Equipamentos contra incêndios	(2.152)	(847)	-	-	(2.999)
Instalações hidráulicas	(509)	-	-	-	(509)
	<u>(833.627)</u>	<u>(154.376)</u>	<u>7.038</u>	<u>-</u>	<u>(980.965)</u>

		2021			
Consolidado	Saldo em 1º de janeiro de 2021	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 30 de junho de 2021
Prédios e benfeitorias	(305.993)	(48.173)	3.554	(988)	(351.600)
Máquinas e equipamentos	(426.393)	(91.068)	3.828	1.001	(512.633)
Móveis e utensílios	(23.007)	(3.359)	187	(78)	(26.257)
Veículos	(87.405)	(28.298)	2.284	4	(113.415)
Equipamentos de informática	(12.814)	(2.845)	1.666	15	(13.978)
Ferramentas	(41)	-	-	-	(41)
Instalações	(19.888)	(4.672)	121	45	(24.394)
Pátios e estacionamentos	(11.775)	(4.729)	-	1	(16.503)
Poços artesianos	(1.385)	(178)	-	-	(1.563)
Equipamentos contra incêndios	(2.152)	(847)	-	-	(2.999)
Instalações hidráulicas	(509)	-	-	-	(509)
	<u>(891.362)</u>	<u>(184.169)</u>	<u>11.639</u>	<u>-</u>	<u>(1.063.892)</u>

		2020			
Controladora	Saldo em 1º de janeiro de 2020	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 30 de dezembro de 2020
Prédios e benfeitorias	(259.421)	(36.338)	2.764	(810)	(293.805)
Máquinas e equipamentos	(332.676)	(64.288)	6.841	973	(389.150)
Móveis e utensílios	(19.893)	(2.724)	350	(48)	(22.315)
Veículos	(75.042)	(18.838)	12.935	(12)	(80.957)
Equipamentos de informática	(10.241)	(1.867)	151	2	(11.955)
Ferramentas	(42)	(3)	3	1	(41)
Instalações	(16.705)	(3.959)	1.171	(90)	(19.583)
Pátios e estacionamentos	(8.654)	(3.327)	206	-	(11.775)
Poços artesianos	(1.363)	(179)	183	(26)	(1.385)
Equipamentos contra incêndios	(1.422)	(740)	-	10	(2.152)
Instalações hidráulicas	(509)	-	-	-	(509)
	<u>(725.968)</u>	<u>(132.263)</u>	<u>24.604</u>	<u>-</u>	<u>(833.627)</u>

		2020			
Consolidado	Saldo em 1º de janeiro de 2020	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 30 de dezembro de 2020
Prédios e benfeitorias	(268.174)	(39.773)	2.764	(810)	(305.993)
Máquinas e equipamentos	(361.546)	(72.661)	6.841	973	(426.393)
Móveis e utensílios	(20.412)	(2.897)	350	(48)	(23.007)
Veículos	(80.599)	(19.729)	12.935	(12)	(87.405)
Equipamentos de informática	(10.849)	(2.118)	151	2	(12.814)
Ferramentas	(42)	(3)	3	1	(41)

Instalações	(16.876)	(4.093)	1.171	(90)	(19.888)
Pátios e estacionamentos	(8.654)	(3.327)	206	-	(11.775)
Poços artesianos	(1.363)	(179)	183	(26)	(1.385)
Equipamentos contra incêndios	(1.422)	(740)	-	10	(2.152)
Instalações hidráulicas	(509)	-	-	-	(509)
	<u>(770.446)</u>	<u>(145.520)</u>	<u>24.604</u>	<u>-</u>	<u>(891.362)</u>

d. Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

O ativo imobilizado tem seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor é constituído a provisão para *impairment*. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Administração avaliou e não identificou indicadores de *impairment*, não havendo, portanto, a necessidade de constituição de provisão.

e. Revisão das vidas úteis

Ao final do exercício de 2021 e 2020, o Grupo revisou a estimativa das vidas úteis dos ativos e não foram identificadas alterações significativas em relação à vida útil anteriormente utilizada.

f. Garantias

Como parte dos requerimentos necessários para a realização de determinadas operações de crédito, o Grupo fornece garantias baseadas em imóveis de propriedade da Cooperativa, conforme descrito na nota explicativa 20 (e).

17 Intangível

a. Composição do saldo

	Controladora					
	2021			2020		
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Vida útil definida						
Marcas e patentes	195	(194)	1	195	(193)	2
Software	52.423	(32.787)	19.636	44.079	(24.473)	19.606
Fundo de comércio	510	(510)	-	510	(489)	21
Carteira de clientes	170	(170)	-	170	(170)	-
	<u>53.298</u>	<u>(33.661)</u>	<u>19.637</u>	<u>44.954</u>	<u>(25.325)</u>	<u>19.629</u>
Vida útil indefinida						
Habilitações (b)	17.733	-	17.733	17.733	-	17.733
	<u>17.733</u>	<u>-</u>	<u>17.733</u>	<u>17.733</u>	<u>-</u>	<u>17.733</u>
	<u>71.031</u>	<u>(33.661)</u>	<u>37.370</u>	<u>62.687</u>	<u>(25.325)</u>	<u>37.362</u>
	Consolidado					
	2021			2020		
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Vida útil definida						
Marcas e patentes	214	(211)	3	214	(211)	3
Software	54.021	(33.121)	20.900	44.135	(24.492)	19.643
Fundo de comércio	510	(510)	-	510	(489)	21
Carteira de clientes	170	(170)	-	170	(170)	-
	<u>54.915</u>	<u>(34.012)</u>	<u>20.903</u>	<u>45.029</u>	<u>(25.362)</u>	<u>19.667</u>
Vida útil indefinida						
Ágio (a)	94.617	-	94.617	56.455	-	56.455
Habilitações (b)	216.222	-	216.222	17.733	-	17.733
	<u>310.839</u>	<u>-</u>	<u>310.839</u>	<u>74.188</u>	<u>-</u>	<u>74.188</u>
	<u>365.754</u>	<u>(34.012)</u>	<u>331.742</u>	<u>119.217</u>	<u>(25.362)</u>	<u>93.855</u>

- (a) Ágio proveniente da aquisição da unidade industrial de aves da Kaefer (R\$ 56.455) e da aquisição da WBILL Participações Societárias Ltda. (R\$ 38.163).

O ágio por expectativa de rentabilidade futura não é amortizado e testes de redução ao valor recuperável anuais são realizados de acordo com as práticas contábeis existentes. Este ágio não está sendo amortizado fiscalmente.

A Cooperativa avaliou, em 31 de dezembro de 2021, através dos fluxos de caixa descontados projetados para os próximos anos, se há evidência de que os ativos estejam desvalorizados. O montante é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. Com base nesta análise não foram encontrados indicadores de não recuperação dos ativos intangíveis.

O cálculo foi realizado através da aplicação da taxa que determina o Custo Médio Ponderado de Capitais (Weighted Average Cost of Capital - WACC). Esta taxa considera diversos componentes do financiamento, dívida e capital próprio utilizado pela Cooperativa para financiar suas atividades.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso são as que seguem:

	Carteira clientes	de Habilitações
EBIT - (i)	6,1%	4,7% - 9,4%
Imposto de renda (ii)	34%	34%
Taxa de desconto - WACC - % (iii)	9,52%	9,52% - 10,84%

- (i) Margem EBIT.
(ii) Alíquota de 34%, considerando a cobrança de IRPJ e CSLL, com base na legislação tributária vigente na data-base.
(iii) Os fluxos de caixa após impostos e ajustes, foram trazidos a valor presente pela taxa de desconto corresponde ao WACC da unidade.
- (b) Refere-se à habilitações para exportação, principalmente para China e países da Europa. Essas estão atreladas à incorporação da planta frigorífica de Cascavel e aquisição da Granjeiro. Não há vida útil definida para esses intangíveis.

b. Movimentação do custo

		2021		
Controladora	Saldo em 1º de janeiro de 2021	Adições	Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Marcas e patentes	195	-	-	195
Software	44.079	8.345	(1)	52.423
Fundo de comércio	510	-	-	510
Carteira de clientes	170	-	-	170
Habilitações	17.733	-	-	17.733
	<u>62.687</u>	<u>8.345</u>	<u>(1)</u>	<u>71.031</u>
		2021		
Consolidado	Saldo em 1º de janeiro de 2021	Adições	Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Marcas e patentes	214	-	-	214
Software	44.135	9.887	(1)	54.021
Fundo de comércio	510	-	-	510
Carteira de clientes	170	-	-	170
Ágio	56.455	38.162	-	94.617
Habilitações	17.733	198.489	-	216.222
	<u>119.217</u>	<u>246.538</u>	<u>(1)</u>	<u>365.754</u>

		2020		
Controladora	Saldo em 1º de janeiro de 2020	Adições	Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Marcas e patentes	195	-	-	195
Software	38.725	5.365	(11)	44.079
Fundo de comércio	510	-	-	510
Carteira de clientes	170	-	-	170
Habilitações	17.733	-	-	17.733
	<u>57.333</u>	<u>5.365</u>	<u>(11)</u>	<u>62.687</u>
2020				
		2020		
Consolidado	Saldo em 1º de janeiro de 2020	Adições	Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Marcas e patentes	214	-	-	214
Software	38.748	5.398	(11)	44.135
Fundo de comércio	510	-	-	510
Carteira de clientes	170	-	-	170
Ágio	56.455	-	-	56.455
Habilitações	17.733	-	-	17.733
	<u>113.830</u>	<u>5.398</u>	<u>(11)</u>	<u>119.217</u>

c. Movimentação da amortização

		2021		
Controladora	Saldo em 1º de janeiro de 2021	Adições	Saldo em 31 de dezembro de 2021	
Marcas e patentes	(193)	(1)	(194)	
Software	(24.473)	(8.314)	(32.787)	
Fundo de comércio	(489)	(21)	(510)	
Carteira de clientes	(170)	-	(170)	
	<u>(25.325)</u>	<u>(8.336)</u>	<u>(33.661)</u>	
2021				
		2021		
Consolidado	Saldo em 1º de janeiro de 2021	Adições	Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Marcas e patentes	(211)	(1)	1	(211)
Software	(24.492)	(8.629)	-	(33.121)
Fundo de comércio	(489)	(21)	-	(510)
Carteira de clientes	(170)	-	-	(170)
	<u>(25.362)</u>	<u>(8.651)</u>	<u>1</u>	<u>(34.012)</u>
2020				
		2020		
Controladora	Saldo em 1º de janeiro de 2020	Adições	Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Marcas e patentes	(192)	(1)	-	(193)
Software	(17.912)	(6.572)	11	(24.473)
Fundo de comércio	(440)	(49)	-	(489)
Carteira de clientes	-	(170)	-	(170)
	<u>(18.544)</u>	<u>(6.792)</u>	<u>11</u>	<u>(25.325)</u>

Consolidado	Saldo em 1º de janeiro de 2020	2020		Saldo em 31 de dezembro de 2020
		Adições	Baixas	
Marcas e patentes	(209)	(2)	-	(211)
Software	(17.916)	(6.587)	11	(24.492)
Fundo de comércio	(440)	(49)	-	(489)
Carteira de clientes	-	(170)	-	(170)
	<u>(18.565)</u>	<u>(6.808)</u>	<u>11</u>	<u>(25.362)</u>

18 Débito de associados

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Estoque a fixar (i)	1.169.031	439.626	1.218.419	445.350
Provisão para fixação (ii)	125.164	36.546	125.164	36.546
Contas a pagar	64.825	92.072	64.825	92.072
Adiantamento de associados	257.623	157.190	257.623	157.190
Outros valores a pagar	7.506	7.730	7.506	8.288
	<u>1.624.149</u>	<u>733.164</u>	<u>1.673.537</u>	<u>739.446</u>

- (i) Refere-se a produtos recebidos de associados com preço a fixar que foram registrados contabilmente em conta própria de estoque, individualizada, tendo contrapartida registrada em conta de ativo, mensurados ao valor justo, conforme descrito na nota explicativa 13.
- (ii) A conta provisão para fixação refere-se à obrigação da Cooperativa relativa aos produtos agrícolas entregues pelos produtores rurais, que foram comercializados ou consumidos em processo de industrialização, e que ainda não tiveram preço de negociação definido ou fixado. Essa obrigação está valorizada ao preço de mercado na data de encerramento das demonstrações financeiras e a Cooperativa monitora sua exposição pela variação dos preços de *commodities*, firmando contratos de compra e venda com preços definidos junto a produtores e fornecedores de grãos.

19 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fornecedores nacionais	657.674	504.919	1.071.855	504.572
Fornecedores internacionais	108.979	43.396	53.372	182.823
Bonificações a pagar	9.450	6.379	9.450	6.379
Convênios a pagar	3.650	1.916	3.680	1.916
Royalties	-	1.862	-	1.862
Outros	7.122	6.356	7.122	6.356
	<u>786.875</u>	<u>564.828</u>	<u>1.145.479</u>	<u>703.908</u>
Circulante	785.663	556.864	1.143.665	695.944
Não circulante	1.212	7.964	1.814	7.964

20 Empréstimos e financiamentos

a. Abertura por modalidade

Taxas	Controladora		Consolidado		
	2021	2020	2021	2020	
Securitização	3%	97	120	97	120
Comercialização	4% - 13,65%	744.425	896.849	744.425	896.849
Capital de giro	7,18% - 17,45%	2.364.690	1.352.177	2.835.048	1.721.307
Cotas-parte	8%	66.567	9.092	66.567	9.092
Investimentos	2,5% - 12,75%	1.098.876	789.446	1.116.185	844.861
Contratos de câmbio	VC + 1,90% / VC + 4,5%	1.895.149	853.448	1.895.149	853.447
Certificado de recebíveis do agronegócio (i)	IPCA + 7,8749% - IPCA 8,0206%	393.872	-	393.872	-
Consórcios contemplados	Taxa adm. 8%	2.251	-	2.251	-
		<u>6.565.927</u>	<u>3.901.132</u>	<u>7.053.594</u>	<u>4.325.676</u>
Circulante		3.602.101	2.181.583	3.837.129	2.507.981
Não circulante		2.963.826	1.719.549	3.216.465	1.817.695

- (i) Em 30 de novembro de 2021, a Cooperativa efetuou uma emissão de CRA's (Certificado de Recebíveis do Agronegócio) vinculados à oferta pública de distribuição da 1ª e 2ª série da 120ª emissão da Eco Securitizadora S.A., sendo a 1ª série no montante de R\$ 386.500, ao custo de IPCA + 7,8749% a.a., com vencimento em 16 de novembro de 2026, carência de 3 anos e juros semestrais, e a 2ª série no montante de R\$ 13.500, ao custo de IPCA + 8,0206% a.a., com vencimento final em 16 de novembro de 2028, carência de 5 anos e juros semestrais. As emissões foram estruturadas sem garantias e lastreadas por CPRF emitida pela Cooperativa e cedida à securitizadora. Ambos os CRA's foram protegidas com SWAP, equivalentes a 126,95% do CDI para a 1ª série e 130,20% do CDI para a 2ª série.

Os empréstimos e financiamentos da Cooperativa são captados em taxas pré e pós fixadas, e para o demonstrativo acima, as taxas pós fixadas foram apresentadas em equivalente de pré fixada considerando o CDI da data base de 31 de dezembro de 2021.

b. Movimentação dos empréstimos

Controladora	Saldo em 1º de janeiro de 2021	2021						Saldo em 31 de dezembro de 2021
		Captações	Pagamento de principal	Provisão de juros	Pagamento de juros	Provisão de variação cambial	Pagamento de variação cambial	
Securitização	120	-	(22)	-	(1)	-	-	97
Comercialização	896.849	702.000	(855.435)	32.677	(31.666)	-	-	744.425
Capital de giro	1.352.177	1.765.651	(801.413)	146.046	(97.771)	-	-	2.364.690
Cotas-parte	9.092	65.000	(8.887)	2.065	(703)	-	-	66.567
Investimentos	789.446	391.996	(98.644)	117.985	(101.907)	-	-	1.098.876
Contratos de câmbio	853.448	2.017.188	(1.013.227)	41.908	(31.310)	70.680	(43.538)	1.895.149
C.R.A	-	387.323	-	6.549	-	-	-	393.872
Consórcios contemplados	-	2.090	(832)	993	-	-	-	2.251
	<u>3.901.132</u>	<u>5.331.248</u>	<u>(2.778.460)</u>	<u>348.223</u>	<u>(263.358)</u>	<u>70.680</u>	<u>(43.538)</u>	<u>6.565.927</u>

Consolidado	Saldo em 1º de janeiro de 2021	2021						Saldo em 31 de dezembro de 2021
		Captações	Pagamento de principal	Provisão de juros	Pagamento de juros	Provisão de variação cambial	Pagamento de variação cambial	
Securitização	120	-	(22)	-	(1)	-	-	97
Comercialização	896.849	702.000	(855.435)	32.677	(31.666)	-	-	744.425

Capital de giro	1.721.307	2.159.043	(1.315.857)	387.604	(117.049)	-	-	2.835.048
Cotas-parte	9.092	65.000	(8.887)	2.065	(703)	-	-	66.567
Investimentos	844.861	391.996	(132.363)	117.985	(106.294)	-	-	1.116.185
Contratos de câmbio	853.447	2.017.188	(1.013.227)	41.908	(31.309)	70.680	(43.538)	1.895.149
C.R.A	-	387.323	-	6.549	-	-	-	393.872
Consórcios contemplados	-	2.090	(832)	993	-	-	-	2.251
	<u>4.325.676</u>	<u>5.724.640</u>	<u>(3.326.623)</u>	<u>589.781</u>	<u>(287.022)</u>	<u>70.680</u>	<u>(43.538)</u>	<u>7.053.594</u>

2020

Controladora	Saldo em 1º de janeiro de 2020	Captações	Pagamento de principal	Provisão de juros	Pagamento de juros	Provisão de variação cambial	Pagamento de variação cambial	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Securitização	141	-	(21)	1	(1)	-	-	120
Comercialização	674.909	913.936	(691.630)	39.407	(39.773)	-	-	896.849
Capital de giro	799.712	1.219.097	(657.018)	49.531	(59.145)	-	-	1.352.177
Cotas-parte	18.396	-	(9.091)	1.254	(1.467)	-	-	9.092
Investimentos	770.304	104.836	(84.856)	49.241	(50.079)	-	-	789.446
Contratos de câmbio	295.240	1.192.917	(653.254)	32.896	(27.322)	145.646	(132.675)	853.448
	<u>2.558.702</u>	<u>3.430.786</u>	<u>(2.095.870)</u>	<u>172.330</u>	<u>(177.787)</u>	<u>145.646</u>	<u>(132.675)</u>	<u>3.901.132</u>

2020

Consolidado	Saldo em 1º de janeiro de 2020	Captações	Pagamento de principal	Provisão de juros	Pagamento de juros	Provisão de variação cambial	Pagamento de variação cambial	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Securitização	141	-	(21)	1	(1)	-	-	120
Comercialização	674.909	913.936	(691.630)	39.407	(39.773)	-	-	896.849
Capital de giro	1.032.179	1.355.760	(657.018)	49.531	(59.145)	-	-	1.721.307
Cotas-parte	18.396	-	(9.091)	1.254	(1.467)	-	-	9.092
Investimentos	770.304	160.251	(84.856)	49.241	(50.079)	-	-	844.861
Contratos de câmbio	295.240	1.192.917	(653.254)	32.896	(27.322)	145.645	(132.675)	853.447
	<u>2.791.169</u>	<u>3.622.864</u>	<u>(2.095.870)</u>	<u>172.330</u>	<u>(177.787)</u>	<u>145.645</u>	<u>(132.675)</u>	<u>4.325.676</u>

c. Abertura por vencimento

Em 31 de dezembro, as parcelas relativas ao passivo não circulante apresentam os seguintes vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
2022	-	874.278	-	938.271
2023	1.321.379	409.353	1.407.763	426.675
2024	496.450	89.377	571.370	99.377
2025	222.670	13.111	271.850	19.942
Após 2025	<u>923.327</u>	<u>333.430</u>	<u>965.482</u>	<u>333.430</u>
	<u>2.963.826</u>	<u>1.719.549</u>	<u>3.216.465</u>	<u>1.817.695</u>

d. Compromissos (“covenants”)

Em 31 de dezembro de 2021, a Cooperativa possui contratos com cláusula contratual restritiva (*covenants*), conforme segue:

Agente financeiro	Modalidade	Emissão	Valor captado (em milhares Reais / em milhares USD)	Vencimento	Covenants
Banco Rabobank International	Câmbio	25/03/2020	USD 15.000	27/03/2023	(a), (d), (e)
Bladex	Câmbio	04/02/2020	USD 10.000	19/01/2023	(a),(b),(d)
Banco do Brasil	Investimento	18/12/2018	R\$ 150.000	15/01/2029	(a), (c)

Banco do Brasil	Investimento	18/12/2018	R\$ 107.400	15/12/2028	(a), (c)
Banco Santander	Câmbio	09/07/2020	USD 17.500	04/01/2023	(f)
Banco BTG	Giro	29/12/2020	R\$ 150.000	29/06/2023	(a), (b), (c), (d)
Banco BTG	Giro	12/03/2021	R\$ 60.000	29/03/2022	(a), (b), (c), (d)
Banco Haitong	Giro	31/03/2021	R\$ 50.000	01/04/2025	(a), (b), (c), (d)
Banco Safra	Giro	31/03/2021	R\$ 55.851	01/04/2025	(a), (b), (c), (d)
Banco Rabobank	Câmbio	31/03/2021	USD 25.000	01/04/2025	(a), (b), (c), (d)
Bank Of China	Câmbio	31/03/2021	USD 18.000	01/04/2025	(a), (b), (c), (d)
ICBC do Brasil Banco Múltiplo	Câmbio	31/03/2021	USD 15.000	01/04/2025	(a), (b), (c), (d)
Banco Sumitomo	Câmbio	31/03/2021	USD 20.000	01/04/2025	(a), (b), (c), (d)
Banco Bladex	Câmbio	25/06/2021	USD 11.600	07/06/2024	(a), (b), (d)
Banco BTG	Giro	22/09/2021	R\$ 150.000	30/09/2024	(a), (b), (c), (d)
CRA - 1ª Série	Mercado capitais	15/11/2021	R\$ 386.500	16/11/2026	(a), (b), (c), (d)
CRA - 1ª Série	Mercado capitais	15/11/2021	R\$ 13.500	16/11/2028	(a), (b), (c), (d)

- Índice de liquidez corrente: igual ou superior a 1,10
- Índice dívida líquida / patrimônio: igual ou inferior a 2,0
- Índice de capitalização: igual ou superior a 0,20
- Índice EBITDA / despesas financeiras líquidas: igual ou superior a 2,0
- Solvência: igual ou maior a 25%
- Recuperação de nascentes: igual ou superior a 15 em cada medição

O não cumprimento desses índices financeiros implicará em considerar os empréstimos antecipadamente vencidos.

e. Garantias

Como parte dos requerimentos necessários para a realização de determinadas operações de crédito, o Grupo fornece garantias baseadas em imóveis de propriedade da Cooperativa Lar, avais e penhor de produtos e insumos, conforme descrito abaixo:

	Saldo devedor 2021	Aval da diretoria	Hipoteca e penhor de imóveis	Penhor de produtos e insumos	Cessão de contratos
Capital de giro	2.364.690	2.364.690	43.589	650.859	108.835
Securitização	744.425	744.425	-	108.067	-
Investimentos	1.098.876	286.095	-	-	-
Comercialização	1.895.149	1.895.149	-	-	439.460
Accs/Pré-Pagto./Exp	66.567	66.567	-	-	-
Cotas Parte Coop. Centrais	97	97	-	-	-
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	393.872	-	-	-	-
Consórcios contemplados	2.251	-	2.251	-	-
	<u>6.565.927</u>	<u>5.357.023</u>	<u>45.840</u>	<u>758.926</u>	<u>548.295</u>

	Saldo devedor 2020	Aval da diretoria	Hipoteca e penhor de imóveis	Penhor de produtos e insumos
Capital de giro	1.352.177	1.352.177	-	343.041
Securitização	120	120	-	-
Investimentos	789.446	789.446	1.315.733	20.000
Comercialização	896.849	896.849	-	186.859
Accs/Pré-Pagto./Exp	853.448	853.445	-	136.510
Cotas Parte Coop. Centrais	9.092	9.092	-	7.488
	<u>3.901.132</u>	<u>3.901.129</u>	<u>1.315.733</u>	<u>693.898</u>

21 Obrigações sociais e tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
INSS	17.542	12.657	17.904	12.669
FGTS	5.462	2.822	5.498	2.823
IRRF	3.832	2.587	3.843	2.587
FUNRURAL	1.827	1.839	1.965	1.839
PIS e COFINS	889	640	902	654
IRPJ	44	10.404	6.918	10.404
ICMS	8.535	3.917	8.556	3.917
Outros	3.603	6.937	7.200	7.676
	<u>41.734</u>	<u>41.803</u>	<u>52.786</u>	<u>42.569</u>

22 Obrigações com pessoal

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Salários e ordenados	38.754	27.750	39.051	27.755
Provisão para férias	67.833	48.867	68.347	48.882
Programa de participação nos resultados	36.121	25.469	38.604	26.046
Outros	167	56	8.014	758
	<u>142.875</u>	<u>102.142</u>	<u>154.016</u>	<u>103.441</u>

23 Outros débitos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Adiantamento de clientes	649.610	214.534	649.662	215.384
Contas a pagar de aquisição de negócio	152.983	-	152.983	-
Provisões diversas	40.698	26.526	40.744	26.526
Outros	22.751	23.315	24.472	23.316
	<u>866.042</u>	<u>264.375</u>	<u>867.861</u>	<u>265.226</u>
Circulante	521.061	238.660	521.738	239.511
Não circulante	344.981	25.715	346.123	25.715

24 Partes relacionadas

Os saldos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, foram realizados conforme os termos e as condições acordados entre as partes, os quais poderiam ser diferentes caso fossem realizados com terceiros, não relacionados à Cooperativa, e estão apresentados a seguir.

(i) Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da Administração é composto pelos conselheiros de Administração e Diretoria para um mandato de 04 (quatro) anos, e o Conselho Fiscal para um mandato de 01 (um) ano designados mediante aprovação dos sócios da Cooperativa, na Assembleia Geral Ordinária.

Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da Administração durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 2.492 (R\$ 2.423 em 2020). A Cooperativa não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

(ii) Outras transações com partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos com partes relacionadas estão compostos da seguinte forma:

	Controladora			
	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	2021	2020	2021	2020
Contas a receber de clientes	112.346	143.294	1.037.472	1.382.842
Lar Transportes Ltda.	117	1.448	4.370	51
Lar S.R.L. (Lar Paraguay)	303	-	2.394	197
Lar Trading Corporation	18.433	92.096	1.030.708	1.382.594
Wbill Participações Ltda.	45.358	-	-	-
Outros (i)	48.135	49.750	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	(62.576)	(35.243)	(545.998)	(301.529)
Lar Transportes Ltda.	(3.456)	(143)	(32.256)	(4.025)
Lar S.R.L. (Lar Paraguay)	(54.672)	(35.089)	(513.742)	(297.504)
Outros (i)	(4.448)	(11)	-	-

- (i) Refere-se à transações realizadas com membros da administração na qualidade de associados da Cooperativa. Estas transações são realizadas de acordo com termos e condições usuais de mercado praticados entre a Cooperativa e seus associados.

25 Provisões para contingências

O Grupo é parte envolvida em processos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários e está discutindo essas questões tanto na esfera judicial quanto administrativa. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pelo Grupo, amparado pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

Abaixo estão apresentados os passivos contingentes de riscos considerados prováveis:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Trabalhista	22.548	12.686	22.876	12.686
Tributária (ii)	277.683	319.523	283.880	319.523
Cível	1.468	1.469	1.468	1.469
Outras (i)	3.310	2.891	3.310	2.891
Depósitos judiciais (ii)	(225.948)	(192.173)	(225.948)	(192.173)
	<u>79.061</u>	<u>144.396</u>	<u>85.586</u>	<u>144.396</u>

- (i) Como parte do processo de aquisição da unidade industrial de aves da Kaefer, a Cooperativa reconheceu um passivo contingente de R\$ 12.000 retido pela Cooperativa para eventual pagamento de obrigações relativas a contingências (*Escrow*). Não há mais saldo remanescente da provisão em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 2.704 em 2020).
- (ii) Composto substancialmente por montantes referentes ao processo no qual a Cooperativa discute a constitucionalidade da contribuição previdenciária rural incidente sobre a comercialização da produção de seus cooperados.

Existem outros processos cíveis, trabalhistas e tributários avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante total de R\$ 193.240 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 74.674 em 2020), para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

26 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social foram calculadas com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A aplicação de tais alíquotas leva em consideração o regime tributário de lucro real da Cooperativa. A despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício findo em 31 de dezembro pode ser conciliada com o lucro contábil como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	823.667	783.320	837.819	785.323
Adições permanentes				
(+) Outras despesas indedutíveis	6.293	1.029	6.293	1.029
Exclusões permanentes				
(-) Outras exclusões	-	(3.689)	-	(3.689)
(-) Equivalência patrimonial	(8.105)	(3.107)	(8.105)	(3.107)
(-) Subvenções governamentais	(35.386)	(18.365)	(35.386)	(18.365)
(-) Resultado com associados	(618.752)	(566.630)	(618.752)	(566.630)
(=) Base de cálculo	167.717	192.558	181.869	194.561
IRPJ (15%) e CSLL (9%)	40.252	46.214	43.649	46.695
Base para IRPJ adicional	167.477	192.318	181.629	194.321
Adicional IRPJ (10%)	16.748	19.232	18.163	19.432
Outros (ajuste base de empresas no exterior)	-	-	9.341	1.322
Total do IRPJ e CSLL	57.000	65.446	71.152	67.449
Impostos correntes	47.448	43.979	61.290	45.982
Impostos diferidos	9.552	21.467	9.862	21.467
	57.000	65.446	71.152	67.449
Taxa efetiva	6,92%	8,35%	8,49%	8,59%

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre bases de cálculo desses tributos sobre os ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, com base na identificação da operação realizada com não associados, ou quando não é possível, com base na proporção das operações realizadas com não associados.

Sobre o resultados das operações realizadas com associados não incide Imposto de Renda e também são isentas de Contribuição Social.

Para as operações com não associados incidem as alíquotas de 15% para Imposto de Renda, 10% para o adicional e 9% para Contribuição Social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos quando provável que o lucro futuro tributável das operações com não associados ou das controladas estejam disponíveis para serem utilizados na compensação de prejuízos fiscais, base de cálculo negativa da Contribuição Social e das diferenças temporárias, com base na expectativa de resultados futuros preparada pela administração da Cooperativa, as quais podem sofrer alterações.

O valor contábil dos tributos diferidos é revisado periodicamente enquanto as projeções são revisadas anualmente, e caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício.

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a composição do imposto de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

a. Imposto de renda e contribuição social diferido ativo

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Perda esperada do contas a receber	2.390	2.279	2.390	2.279
Provisão para contingências	59.396	51.696	59.396	51.696
Depósitos judiciais de tributos	2.335	1.996	2.335	1.996
Operações com derivativos e <i>hedge</i>	34.862	-	34.862	-
Ajuste valor justo produto a fixar	21.173	17.363	21.173	17.363
Base de cálculo (i)	120.156	73.334	120.156	73.334
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Total imposto de renda e contribuição social diferido ativo (A)	40.853	24.934	40.853	24.934

- (i) A base de cálculo para fins de impostos diferidos está apresentada líquida da parcela cuja despesa efetiva, quando incorrida no futuro, seria alocada ao ato cooperado e, portanto, não sofreria a incidência de imposto de renda e contribuição social.

b. Imposto de renda e contribuição social diferido passivo

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Diferença temporária em investida	-	-	35.018	-
Operações com derivativos e <i>hedge</i>	-	2.673	-	2.673
Operações com marcação ao mercado - MTM	206.513	128.924	206.513	128.924
Base de cálculo (i)	206.513	131.597	241.531	131.597
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Total imposto de renda e contribuição social diferido passivo (B)	70.214	44.743	82.121	44.743
Saldo líquido do imposto de renda e contribuição social diferidos (B - A)	(29.361)	(19.809)	(41.268)	(19.809)

- (i) A base de cálculo para fins de impostos diferidos está apresentada líquida da parcela cuja despesa efetiva, quando incorrida no futuro, seria alocada ao ato cooperado e, portanto, não sofreria a incidência de imposto de renda e contribuição social.

27 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social está representado da seguinte forma:

	Controladora	
	2021	2020
Total do capital integralizado	433.370	346.450
Número de quotas-parte	433.369.626	346.449.713
Valor unitário das quotas	1,00	1,00
Número de associados	12.352	11.762

De acordo com o art. 14 do Estatuto Social da Cooperativa, a integralização das quotas capitais se dará na admissão do associado, subscrevendo o mínimo de quotas parte conforme proporção:

Imóvel com área explorada de 20 ha.....	100 quotas
De 21 ha a 80 ha.....	200 quotas
De 81 ha a 160 ha.....	300 quotas
De 161 ha a 320 ha.....	500 quotas
Com mais de 321 ha.....	700 quotas

Na admissão de filhos e cônjuges de associados haverá a redução de 30 por cento na subscrição do capital.

No ano de 2021 foram subscritos no capital social um montante de R\$ 276 (R\$ 251 em 2020).

O associado com 20 anos de vínculo com a Cooperativa e tiver idade de 60 anos (mulher) e 65 anos (homem), ou ainda estar associado à Cooperativa por 40 anos será considerado associado jubilado, conforme § 4º do art. 15 do Estatuto Social, podendo este retirar o saldo de suas quotas em uma única parcela após a Assembleia Geral Ordinária do período findo, garantido esse a manutenção do vínculo social com a Cooperativa, mantendo uma quota capital mínima de R\$ 100,00.

A restituição de capital ao associado desligado será feita em 5 parcelas, sendo a primeira no ano calendário imediatamente posterior ao ano do desligamento.

No caso de doença grave comprovado via laudo médico, o Conselho de Administração pode autorizar a devolução do capital em uma única parcela e, em caso de desligamento por morte as quotas podem ser devolvidas em uma única parcela após a AGO, desde que autorizadas pelo Conselho de Administração.

As devoluções de capital no ano de 2021 representaram um montante de R\$ 11.839 (R\$ 10.347 em 2020).

Durante o ano de 2017, a Lar Cooperativa Agroindustrial obteve um financiamento Procap-agro para fins de aumento de capital no montante de R\$ 40.832, e alguns associados foram avalistas dessa operação. Naquele ano, os associados avalistas tiveram seu capital aumentado na Cooperativa, tendo o prazo de 05 (cinco) anos para liquidação, ou com sobras ou com integralização em espécie. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, foram retidas as sobras à serem distribuídas à esses associados no montante de R\$ 7.908 (R\$ 8.078 em 2020).

b. Reservas e destinações

De acordo com o Estatuto Social as destinações dos resultados serão feitos de acordo com sua natureza:

O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES – é formado por:

- (i) 5% das sobras apuradas no exercício;
- (ii) Os resultados de operações com terceiros;
- (iii) Os resultados positivos decorrente de participação em sociedades não cooperativas;
- (iv) Os créditos de terceiros, não reclamados no período de um ano;
- (v) Outros resultados positivos eventuais.

As outras destinações são:

- (i) 45% das sobras apuradas no exercício serão levadas ao Fundo de Reserva Legal;
- (ii) 30% aumento da conta capital social dos associados, sendo proporcional à suas operações;
- (iii) 20% ficarão à disposição da Assembleia Geral Ordinária.

As destinações legais em 31 de dezembro de 2021 se deram da seguinte forma:

	2021		
	Associados	Terceiros	Total
Saldo antes das destinações	618.752	147.915	766.667
Subvenções governamentais	(204.728)	(35.386)	(240.114)
Resultado com equivalência patrimonial	(25.152)	(8.105)	(33.257)
Reserva especial	(146.066)	(73.383)	(219.449)
FATES - resultado com terceiros	-	(31.041)	(31.041)
Fundo de reserva legal	(109.263)	-	(109.263)
FATES	(12.140)	-	(12.140)
Aumento de capital	(72.842)	-	(72.842)
Sobras a disposição da AGO (A)	48.561	-	48.561

Durante o exercício de 2021, a Cooperativa reverteu parte da reserva especial constituída no exercício de 2020, sendo o saldo destinado à distribuição de sobras, conforme segue:

	2021
Reversão da reserva especial	112.000
Fundo de reserva legal	(50.400)
FATES	(5.600)
Aumento de capital	(33.600)
Sobras a disposição da AGO (B)	22.400
Sobras a disposição da AGO (A + B)	70.961

As sobras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 67.850, foram liquidadas durante o ano de 2021. As destinações legais em 31 de dezembro de 2020 se deram da seguinte forma:

	2020		
	Associados	Terceiros	Total
Saldo antes das destinações	570.316	147.558	717.874
Subvenções governamentais	(101.463)	(18.366)	(119.829)
Resultado com equivalência patrimonial	(9.566)	(3.107)	(12.673)
Reserva especial	(120.040)	(85.472)	(205.512)
FATES - resultado com terceiros	-	(40.613)	(40.613)
Fundo de reserva legal	(152.661)	-	(152.661)
FATES	(16.962)	-	(16.962)
Aumento de capital	(101.774)	-	(101.774)
Sobras a disposição da AGO	67.850	-	67.850
Sobras distribuídas			67.816
Sobras retidas			34

c. Reservas de capital

	Controladora	
	2021	2020
Lei Brandão (i)	662.761	476.498
Paraná Competitivo (ii)	62.735	46.221
Termo de acordo 1.265/2020 – MS (iii)	48.230	10.893
Investimento Prefeitura Matelândia (iv)	5.700	5.700
	779.426	539.312

- (i) A Lei Brandão nº 13.212/2001 refere-se à reserva de incentivo que equipara as condições tributárias das indústrias de carnes instaladas no Paraná com os demais Estados do país.
- (ii) Refere-se ao programa Paraná Competitivo criado pelo Governo do Estado do Paraná através do Decreto n.º 6.434/2017, que autoriza o diferimento do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações de fornecimento de energia elétrica.
- (iii) Refere-se a concessão de benefício fiscal de ICMS do Mato Grosso do Sul concedido para a implantação da Unidade Industrial de Soja na cidade de Caarapó, pelo termo de acordo 1.265/2020.
- (iv) Refere-se a doação de terreno pela prefeitura de Matelândia, localizada no Estado do Paraná, para a construção e implantação da Unidade Industrial de Abate de Aves.

d. Reserva especial

Em 23 de novembro de 2020, conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a constituição da reserva especial, amparada pela Lei 5.764/71, artigo 28, inciso II, parágrafo 1º, com o objetivo de manter o fortalecimento, crescimento e desenvolvimento da Cooperativa, sendo os valores mensurados a cada exercício, levando em consideração a realização dos valores de marcação à mercado dos instrumentos financeiros derivativos, atualizações cambiais a realizar e a necessidade de retenção de resultados para futuros investimentos.

Também, a reserva especial é composta pelo reconhecimento da correção monetária de ativos permanentes nos balanços das sociedades tributadas pelo Lucro Real, amparada pela Lei 8200/91.

Os saldos que compõe a reserva especial estão apresentados a seguir:

	Controladora	
	2021	2020
Reserva Especial - Lei 5.764/71		
Saldo Inicial da reserva	205.512	-
Constituição de reserva	219.449	205.512
Reversão de reserva	(112.000)	-
	<u>312.961</u>	<u>205.512</u>
Reserva Especial - Lei 8200/91		
Terrenos	1.284	1.284
Prédios e Benfeitorias	(7)	(7)
	<u>314.238</u>	<u>206.789</u>

e. Ajuste de avaliação patrimonial

Os saldos decorrentes dos ajustes de avaliação patrimonial estão apresentados a seguir:

	Controladora	
	2021	2020
Terrenos	46.002	46.002
Prédios e benfeitorias	46.777	47.205
	<u>92.779</u>	<u>93.207</u>

28 Ingressos e receita operacional líquida

	Associados	Não associados	Controladora		Consolidado	
			2021	2020	2021	2020
Vendas mercado interno	8.606.217	2.807.117	11.413.334	6.864.478	12.145.539	7.372.093
Vendas mercado externo	4.269.933	1.321.581	5.591.514	3.917.360	5.861.042	4.181.863
Receita com frete	-	-	-	-	-	171
Ingressos e receita bruta	<u>12.876.150</u>	<u>4.128.698</u>	<u>17.004.848</u>	<u>10.781.838</u>	<u>18.006.581</u>	<u>11.554.127</u>
(-) Impostos sobre vendas	(150.888)	(105.437)	(256.325)	(122.699)	(267.765)	(128.314)
(-) Devoluções e abatimentos	<u>(243.889)</u>	<u>(56.810)</u>	<u>(300.699)</u>	<u>(128.959)</u>	<u>(318.977)</u>	<u>(144.719)</u>
Total ingressos e receita líquida	<u>12.481.373</u>	<u>3.966.451</u>	<u>16.447.824</u>	<u>10.530.180</u>	<u>17.419.839</u>	<u>11.281.094</u>

29 Dispêndios e custo das vendas

	Associados	Não associados	Controladora		Consolidado	
			2021	2020	2021	2020
Matéria-prima	7.374.662	2.231.950	9.606.612	5.640.349	10.054.266	5.640.349
Custo dos produtos revendidos	1.871.449	566.396	2.437.845	1.702.311	2.789.941	1.882.352
Mão-de-obra	520.995	157.680	678.675	438.184	678.675	438.184
Depreciação e amortização	126.573	38.308	164.881	139.716	164.881	139.716
Manutenção do imobilizado	136.410	41.284	177.694	100.826	177.694	100.826
Energia elétrica	102.109	30.903	133.012	78.289	133.012	78.289
Material de uso e consumo	110.832	33.543	144.375	83.526	144.375	83.526
Fretes	33.155	10.035	43.190	17.329	43.190	8.389
Análise e classificação	45.658	13.819	59.477	41.571	59.477	41.571
Prestação de serviços terceirizados	52.072	15.760	67.832	19.106	67.832	19.106
Aluguéis	16.647	5.038	21.685	19.266	21.685	19.266
Acordos advocatícios	1.337	404	1.741	3.447	1.741	3.447
Impostos e taxas	4.462	1.350	5.812	4.306	5.812	4.306
Resultado com derivativos	279.492	125.683	405.175	(205.512)	405.175	(205.512)
Outros custos	<u>47.728</u>	<u>14.720</u>	<u>62.448</u>	<u>41.664</u>	<u>59.149</u>	<u>490.178</u>
	<u>10.723.581</u>	<u>3.286.873</u>	<u>14.010.454</u>	<u>8.124.378</u>	<u>14.806.905</u>	<u>8.743.993</u>

30 Dispêndios e despesas com vendas

	Associados	Não associados	Controladora		Consolidado	
			2021	2020	2021	2020
Fretes	512.086	123.552	635.638	420.937	710.962	490.723
Impostos e taxas de exportação	75.778	22.981	98.759	47.804	99.181	51.536
Comissões e bonificações	44.855	11.906	56.761	34.232	73.683	43.969
Perda com títulos incobráveis	1.770	640	2.410	1.463	6.855	1.861
Representantes e promotores	13.274	2.569	15.843	11.158	15.843	11.158
Fundersul	28.491	17.361	45.852	31.239	45.852	31.239
Acordos comerciais	23.287	3.420	26.707	14.829	27.066	14.829
Estádias	6.664	941	7.605	2.761	7.605	2.761
Armazenagem	7.067	1.561	8.628	3.899	8.628	3.899
Outros	<u>13.241</u>	<u>2.894</u>	<u>16.135</u>	<u>14.359</u>	<u>16.206</u>	<u>14.615</u>
	<u>726.513</u>	<u>187.825</u>	<u>914.338</u>	<u>582.681</u>	<u>1.011.881</u>	<u>666.590</u>

31 Dispêndios e despesas operacionais

	Associados	Não associados	Controladora		Consolidado	
			2021	2020	2021	2020
Impostos e taxas	(29.042)	(8.980)	(38.022)	91.133	(36.932)	91.402
Depreciação e amortização	43.152	24.567	67.719	60.007	97.827	67.206
Manutenção do imobilizado	46.446	18.672	65.118	41.437	45.904	44.640

Prestação de serviços	41.906	15.282	57.188	45.322	66.077	51.050
Energia elétrica	16.149	13.885	30.034	18.340	40.194	19.622
Participação nos resultados	29.934	6.158	36.092	25.451	37.994	26.857
Material de uso e consumo	10.061	11.084	21.145	14.204	23.791	15.718
Outros	26.208	23.423	49.631	33.147	53.609	54.458
	<u>184.814</u>	<u>104.091</u>	<u>288.905</u>	<u>329.041</u>	<u>328.464</u>	<u>370.953</u>

32 Dispêndios e despesas com pessoal

	Associados	Não associados	Controladora		Consolidado	
			2021	2020	2021	2020
Salários e ordenados	63.835	39.572	103.407	86.723	126.090	99.857
INSS	18.371	12.351	30.722	24.490	33.325	26.096
FGTS	5.723	3.776	9.499	8.186	9.766	8.191
PIS	672	448	1.120	892	1.119	892
Férias	8.106	5.043	13.149	9.782	13.839	9.788
13º salário	5.780	3.867	9.647	7.446	11.526	8.793
	<u>102.487</u>	<u>65.057</u>	<u>167.544</u>	<u>137.519</u>	<u>195.665</u>	<u>153.617</u>

33 Dispêndios e despesas tributárias

	Associados	Não associados	Controladora		Consolidado	
			2021	2020	2021	2020
Deságio ICMS (i)	12.365	10.203	22.568	11.103	22.569	11.103
IOF	4.153	1.338	5.491	1.370	5.493	1.371
Funrural - associados	308	-	308	406	308	406
ISS	58	23	81	104	95	116
Multas	711	407	1.118	763	1.119	763
	<u>17.595</u>	<u>11.971</u>	<u>29.566</u>	<u>13.746</u>	<u>29.584</u>	<u>13.759</u>

- (i) Refere-se a despesas com provisão para deságio sobre a parcela dos saldos de ICMS a recuperar cuja expectativa de compensação com impostos a pagar futuros é remota. Nestes casos o Grupo constitui provisão para perdas na realização com base no percentual de deságio esperado na venda de tais créditos.

34 Resultado financeiro

	Associados	Não associados	Controladora		Consolidado	
			2021	2020	2021	2020
Juros de empréstimos cedidos	23.074	2.029	25.103	16.402	48.727	41.447
Descontos recebidos	1.438	919	2.357	2.274	5.233	6.254
Rendimento de aplicações	-	22.110	22.110	8.312	22.122	8.914
Variação cambial ativa	<u>122.167</u>	<u>35.338</u>	<u>157.505</u>	<u>198.723</u>	<u>170.780</u>	<u>219.701</u>
	<u>146.679</u>	<u>60.396</u>	<u>207.075</u>	<u>225.711</u>	<u>246.862</u>	<u>276.316</u>
Juros sobre financiamentos	(235.555)	(72.736)	(308.291)	(181.538)	(333.658)	(202.987)
Descontos concedidos	(24.266)	(5.450)	(29.716)	(28.766)	(37.541)	(30.329)
Variação cambial passiva	(232.041)	(78.224)	(310.265)	(204.111)	(320.009)	(213.387)
Outros	-	-	-	-	(672)	(615)
	<u>(491.862)</u>	<u>(156.410)</u>	<u>(648.272)</u>	<u>(414.415)</u>	<u>(691.880)</u>	<u>(447.318)</u>

35 Demonstração de sobras ou perdas por produto (Lei n.º 5.764/71)

Atendendo ao disposto na Lei n.º 5.764/71 e NBC ITG/CFC nº 2004 Entidade Cooperativa, apresentamos as sobras e perdas apuradas em 31 de dezembro, demonstradas segregadamente por produtos, serviços e atividades desenvolvidas pela cooperativa, conforme segue:

Demonstração de sobras ou perdas – 2021						
	Bens de fornecimento	Produtos agrícolas	Produtos industrializados	Produtos pecuários	Cooperativo	Geral
Ingressos e receitas operacionais líquidas	3.236.657	4.504.202	7.809.943	896.116	907	16.447.824
(-) Dispendios e custos das vendas	(2.710.711)	(4.025.430)	(6.504.473)	(769.840)	-	(14.010.454)
Sobra e lucro bruto operacional	525.945	478.772	1.305.470	126.276	907	2.437.370
Dispendios e despesas	(136.270)	(336.141)	(911.328)	(1.883)	179.859	(1.205.763)
Resultado financeiro	(93.999)	(81.634)	(82.422)	(15.759)	(167.383)	(441.197)
Resultado antes da equivalência patrimonial e impostos	295.677	60.996	311.720	108.634	13.383	790.410

Demonstração de sobras ou perdas – 2020						
	Bens de fornecimento	Produtos agrícolas	Produtos industrializados	Produtos pecuários	Cooperativo	Geral
Ingressos e receitas operacionais líquidas	2.108.651	3.867.074	3.936.179	606.902	11.374	10.530.180
(-) Dispendios e custos das vendas	(1.768.458)	(2.763.723)	(3.123.298)	(468.898)	(1)	(8.124.378)
Sobra e lucro bruto operacional	340.193	1.103.351	812.881	138.004	11.373	2.405.802
Dispendios e despesas	(111.887)	(621.504)	(625.487)	4.199	(91.772)	(1.446.451)
Resultado financeiro	(51.759)	(49.314)	(35.591)	(6.708)	(45.332)	(188.704)
Resultado antes da equivalência patrimonial e impostos	176.547	432.533	151.803	135.495	(125.731)	770.647

36 Instrumentos financeiros

a. Gerenciamento dos riscos:

Visão geral

A Cooperativa possui exposição para os seguintes riscos: de crédito, de liquidez e de mercado resultantes de instrumentos financeiros.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Cooperativa para cada um dos riscos acima, os objetivos da Cooperativa, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do patrimônio da Cooperativa.

b. Estrutura de gerenciamento dos riscos

A Cooperativa mantém operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos é efetuado por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Cooperativa pretende cobrir (por exemplo: câmbio, taxa de juros e preço das *commodities*).

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Cooperativa não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Cooperativa. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Cooperativa.

A Cooperativa segue o gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito e a qualidade do *hedge* das contrapartes.

Nos termos dessa gestão, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira, mediante exame e revisão de informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo procedimentos e práticas a ele aplicadas. Nas condições de sua gestão de riscos, a Cooperativa administra alguns dos riscos através da utilização de instrumentos derivativos, que geralmente proíbem negociações especulativas e vendas a descoberto.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir. Não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas.

Em 31 de dezembro 2021	Controladora			Consolidado		
	Custo amortizado	Instrumentos financeiros por meio do resultado VRJ	Total contábil	Custo amortizado	Instrumentos financeiros por meio do resultado VRJ	Total contábil
Ativos financeiros			-			-
Caixa e equivalentes de caixa	936.132	39.528	975.660	1.034.295	39.528	1.073.823
Aplicações financeiras	53.298	-	53.298	53.298	-	53.298
Contas a receber	2.327.703	-	2.327.703	2.859.134	-	2.859.134
Instrumentos financeiros derivativos	-	783.255	783.255	-	783.255	783.255
Outros créditos a receber	13.455	-	13.455	24.146	-	24.146
	<u>3.330.588</u>	<u>822.783</u>	<u>4.153.371</u>	<u>3.970.873</u>	<u>822.783</u>	<u>4.793.656</u>
Passivos financeiros						
Débito de associados	1.624.149	-	1.624.149	1.624.149	-	1.624.149
Fornecedores	786.875	-	786.875	1.145.479	-	1.145.479
Financiamentos	6.565.927	-	6.565.927	7.053.594	-	7.053.594
Instrumentos financeiros derivativos	-	367.045	367.045	-	367.045	367.045
	<u>8.976.951</u>	<u>367.045</u>	<u>9.343.996</u>	<u>9.823.222</u>	<u>367.045</u>	<u>10.190.267</u>

Em 31 de dezembro 2020	Controladora			Consolidado		
	Custo amortizado	Instrumentos financeiros por meio do resultado VRJ	Total contábil	Custo amortizado	Instrumentos financeiros por meio do resultado VRJ	Total contábil
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	540.747	41.877	582.624	561.990	41.877	603.867
Aplicações financeiras	28.813	-	28.813	28.813	-	28.813
Contas a receber	1.625.731	-	1.625.731	2.075.138	-	2.075.138
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.388.787	1.388.787	-	1.388.787	1.388.787
Outros créditos a receber	37.664	-	37.664	38.928	-	38.928
	<u>2.232.955</u>	<u>1.430.664</u>	<u>3.663.619</u>	<u>2.704.869</u>	<u>1.430.664</u>	<u>4.135.533</u>
Passivos financeiros						
Débito de associados	733.164	-	733.164	739.446	-	739.446
Fornecedores	564.828	-	564.828	703.908	-	703.908
Financiamentos	3.901.132	-	3.901.132	4.325.676	-	4.325.676
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.182.277	1.182.277	-	1.182.277	1.182.277
	<u>5.199.124</u>	<u>1.182.277</u>	<u>6.381.401</u>	<u>5.769.030</u>	<u>1.182.277</u>	<u>6.951.307</u>

As operações estão sujeitas aos fatores de riscos, descritos a seguir:

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Cooperativa incorrer em perdas decorrentes de inadimplência de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha deste em cumprir com suas obrigações contratuais.

O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

A exposição da Cooperativa a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Cooperativa considera a distribuição geográfica dos clientes em sua avaliação, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito.

A Cooperativa estabeleceu uma política de crédito, na qual novos clientes são analisados individualmente quanto à sua condição financeira antes da Cooperativa apresentar sua proposta de limite de crédito e os termos de pagamento. A revisão efetuada pela Cooperativa inclui ratings externos, quando disponíveis, e referências bancárias.

Para mitigar esses riscos, a Cooperativa adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente, e representam o montante máximo de exposição. Os limites são revistos periodicamente. Clientes que não atenderem às condições de crédito estabelecidas pela Cooperativa, somente são atendidos na medida em que realizarem a antecipação do pagamento.

No monitoramento do risco de crédito, os clientes são analisados de acordo com suas características de crédito, incluindo se estes são clientes pessoas físicas ou jurídicas, se são industriais, atacadistas, revendedores ou clientes finais, a área geográfica, o ramo de atividade e a existência de dificuldades financeiras no passado. Clientes que são considerados como “risco alto” são monitorados, e vendas são realizadas somente com pagamento antecipado.

A política de vendas da Cooperativa considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas "contas a receber".

A política de crédito da Cooperativa com o associado considera o nível de risco que está disposta a se sujeitar nas relações negociais próprias, utilizando de premissas e diretrizes na análise de concessão do crédito. O processo leva em conta os antecedentes, a capacidade, o comprometimento do patrimônio, o oferecimento de garantias reais e o grau de exposição ao risco. A gestão de crédito considera o grau de endividamento do associado, mitigando dessa forma o risco de inadimplência.

No que diz respeito às aplicações financeiras e demais investimentos, a Cooperativa tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e de baixo risco avaliadas por agências de rating e não ter investimentos concentrados em um único grupo econômico.

Os vencimentos contratuais de ativos e passivos financeiros na data da demonstração financeira, sendo os valores brutos e não-descontados, incluindo pagamentos de juros contratuais e excluindo o impacto dos acordos de compensação, era:

Controladora

2021					
Prazos	Grãos	Insumos	Financiamento ao associado	Alimentos	Total
Vencidos					
00-30 dias	1407	-	3.160	2471	7.038
31-60 dias	24	-	179	98	301
61-90 dias	4	-	1	12	17
91-120 dias	1	-	15.963	62	16.026
Acima de 120 dias	2.160	-	12.279	2.536	16.975
	<u>3.596</u>	<u>-</u>	<u>31.582</u>	<u>5.179</u>	<u>40.357</u>
A vencer					
00-30 dias	1.407	36	72.835	262.819	337.097
31-60 dias	24	882	125.865	157.381	284.152
61-90 dias	4	1.557	134.831	231.382	367.774
91-120 dias	1	24.631	1.146.042	3.328	1.174.002
Acima de 120 dias	2.160	17.404	122.246	4.958	146.768
	<u>3.596</u>	<u>44.510</u>	<u>1.601.819</u>	<u>659.868</u>	<u>2.309.793</u>
	<u>7.192</u>	<u>44.510</u>	<u>1.633.401</u>	<u>665.047</u>	<u>2.350.150</u>

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Cooperativa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Cooperativa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Cooperativa.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira de gestão de fluxo de caixa.

Tipicamente, a Cooperativa garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com dispêndios e despesas operacionais esperadas, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

O vencimento das contas a receber de clientes na data das demonstrações financeiras, segregados pelas diversas modalidades geradoras do crédito, era:

Controladora					
2021					
	Valor contábil	Até 12 meses	2023	2024	2025 a 2033
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	975.660	975.660	-	-	-
Aplicações financeiras	53.298	-	41.764	11.534	-
Contas a receber de clientes	2.327.703	2.252.720	29.348	14.758	30.877
Outras contas a receber	13.455	13.455	-	-	-
Adiantamentos de fornecedores	801.510	801.510	-	-	-
Estoques	3.896.005	3.896.005	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	783.255	783.255	-	-	-
	<u>8.850.886</u>	<u>8.722.605</u>	<u>71.112</u>	<u>26.292</u>	<u>30.877</u>
Passivos					
Fornecedores	786.875	785.663	1.212	-	-
Débitos com associados	1.624.149	1.624.149	-	-	-

Empréstimos e financiamentos (i)	6.565.927	3.886.524	1.615.833	789.437	1.357.066
Instrumentos financeiros derivativos	367.045	367.045	-	-	-
Adiantamentos de clientes	649.610	407.789	93.008	93.008	55.805
Outras contas a pagar	866.042	521.061	297.909	47.072	-
	<u>10.859.648</u>	<u>7.592.231</u>	<u>2.007.962</u>	<u>929.517</u>	<u>1.412.871</u>

Controladora

2020

	Valor contábil	Até 12 meses	2022	2023	2024 a 2033
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	582.624	582.624	-	-	-
Aplicações financeiras	28.813	21.313	2.500	-	5.000
Contas a receber de clientes	1.625.731	1.523.691	100.455	1.501	84
Outras contas a receber	37.664	37.630	34	-	-
Adiantamentos de fornecedores	300.051	300.051	-	-	-
Estoques	1.977.862	1.977.862	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	1.388.787	1.388.787	-	-	-
	<u>5.941.532</u>	<u>5.831.958</u>	<u>102.989</u>	<u>1.501</u>	<u>5.084</u>
Passivos					
Fornecedores	564.828	556.864	7.964	-	-
Débitos com associados	733.164	733.164	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (i)	3.901.132	2.212.020	996.791	463.139	542.649
Instrumentos financeiros derivativos	1.182.277	1.182.277	-	-	-
Adiantamentos de clientes	214.534	199.686	14.848	-	-
Outras contas a pagar	49.841	38.973	10.868	-	-
	<u>6.645.776</u>	<u>4.922.984</u>	<u>1.030.471</u>	<u>463.139</u>	<u>542.649</u>

(i) O aging dos empréstimos e financiamentos incluem juros futuros até o final do contrato.

Risco de mercado

(i) *Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado (tais como as taxas de câmbio, preços de commodities e taxas de juros), têm nos ganhos da Cooperativa ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Cooperativa opera com instrumentos financeiros derivativos e também cumpre com obrigações financeiras para gerenciar riscos de mercado. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração.

As oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos ingressos e receitas e nos dispêndios, despesas e custos da Cooperativa. Para mitigar esses riscos, a Cooperativa monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

(ii) *Risco com taxas de juros*

O risco associado é oriundo da possibilidade da Cooperativa incorrer em ganhos e/ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros e que aumentem os dispêndios e despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Visando à mitigação desse tipo de risco, a Cooperativa monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas, buscando diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias são efetuadas operações com instrumentos financeiros derivativos para travar o custo financeiro das operações.

(iii) Risco de exposição às variações cambiais

A Cooperativa está sujeita ao risco de moeda nas vendas, compras e empréstimos denominados em uma moeda diferente da moeda funcional da Cooperativa, o Real (R\$). A moeda nas quais estas transações são denominadas é principalmente o Dólar (USD).

Em geral, a Cooperativa protege (*hedge*) sua exposição esperada de moeda estrangeira com relação a vendas e compras previstas para os próximos doze meses. A Cooperativa também protege as contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores, denominadas em moeda estrangeira, quando existentes. A Cooperativa utiliza contratos de mercado futuro para proteger seu risco de moeda, sendo a maioria com vencimento de menos de um ano da data das demonstrações financeiras.

A Cooperativa tem compromissos de compras, bem como parte do ingresso e da receita de vendas de *commodities* com preços que variam de acordo com oscilações de moeda estrangeira. Em complemento a este *hedge* natural, a Cooperativa contrata derivativos para reduzir a exposição ao risco de mudança na taxa de câmbio.

(iv) Risco de preço das commodities

A Cooperativa possui saldos e transações indexados ao preço das *commodities*, em especial da soja, milho e trigo, expondo estes ativos e passivos às flutuações no preço das *commodities*, conforme demonstrado no quadro de sensibilidade.

A Cooperativa possui contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esse risco. Adicionalmente, a Cooperativa monitora continuamente a sua exposição frente ao preço das *commodities* com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de novas operações de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade desses preços.

(v) Risco de estrutura de capital (risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio e capital de terceiros que a Cooperativa faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Cooperativa monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. Em determinadas circunstâncias são efetuadas operações de *hedge* para evitar oscilações do custo financeiro das operações.

Instrumentos financeiros derivativos

A Cooperativa tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos exclusivamente com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio, e não são utilizados para fins especulativos.

A Administração da Cooperativa mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio dos seus controles internos. O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Cooperativa foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo de cada operação.

As perdas e os ganhos com as operações de derivativos são reconhecidos mensalmente no resultado, considerando o valor justo (mercado) desses instrumentos. A provisão para as perdas ou ganhos não realizados é reconhecida na conta "instrumentos derivativos", no balanço patrimonial e as contrapartidas no resultado.

Os contratos futuros relacionados com moeda estrangeira são contratados com o objetivo principal de proteger vendas futuras em moeda estrangeira não apresentando, portanto, riscos que possam gerar prejuízos materiais para a Cooperativa.

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com instituições financeiras de primeira linha, no Brasil e no exterior.

A Cooperativa realiza operações de instrumento financeiro *Non Deliverable Forward* - NDF, que se constitui em um acordo entre a Cooperativa e o banco, de compra e/ou venda de uma quantidade determinada de moeda estrangeira em uma data futura, por uma taxa pré-definida. Não há desembolso de caixa no início da operação

e no vencimento a liquidação é realizada pela diferença entre a taxa contratada e a taxa de liquidação efetiva da moeda (definida no início da operação). O principal objetivo é oferecer uma trava de taxa futura de câmbio do contas a pagar ou a receber em moeda estrangeira no futuro. A diferença entre a taxa contratada e as cotações da moeda é ajustada diariamente por desembolsos ou reembolsos de caixa, reconhecidos no resultado financeiro. Não há entrega física de moeda.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, em razão de alterações na estratégia comercial da Cooperativa, os instrumentos até então designados como *hedge accounting* foram revogados, sendo que todos os ganhos / perdas com instrumentos financeiros derivativos passaram a ser reconhecidos diretamente no resultado.

(i) *Contratos a termo de Commodities*

Os valores classificados como contratos de commodities referem-se ao valor justo de operações de compra e venda futura de commodities através de contrato junto aos associados, clientes e instituições financeiras.

Os valores justos foram estimados com base em informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações, trazidas a valor presente.

No quadro abaixo, demonstramos as origens e classificações dos saldos nas demonstrações financeiras:

2021					
	Soja	Milho	Trigo	Farelo / Óleo soja	Total
Ativo					
Contratos a termo	258.694	371.072	54	19.670	649.490
Contratos com instituições financeiras (bolsa de valores)	2.931	1.517	-	7.699	12.147
	<u>261.625</u>	<u>372.589</u>	<u>54</u>	<u>27.369</u>	<u>661.637</u>
Passivo					
Contratos a termo	123.369	35.481	64	25.191	184.105
Contratos com instituições financeiras (bolsa de valores)	2.564	15.324	-	15.022	32.910
	<u>125.933</u>	<u>50.805</u>	<u>64</u>	<u>40.213</u>	<u>217.015</u>
2020					
	Soja	Milho	Trigo	Farelo / Óleo soja	Total
Ativo					
Contratos a termo	872.292	251.262	56	68.622	1.192.231
Contratos com instituições financeiras (bolsa de valores)	72	574	-	836	1.482
	<u>872.364</u>	<u>251.836</u>	<u>56</u>	<u>69.458</u>	<u>1.193.713</u>
Passivo					
Contratos a termo	752.228	111.026	38	17.331	880.624
Contratos com instituições financeiras (bolsa de valores)	36.703	37.646	-	26.634	100.984
	<u>788.932</u>	<u>148.673</u>	<u>38</u>	<u>43.965</u>	<u>981.608</u>

A chamada de margem é uma equalização financeira exigida pelas bolsas de valores em operações que envolvem risco, com o objetivo de manter o bom funcionamento do mercado. O saldo da conta está apresentados abaixo:

	Controladora			
	2021		2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo				
Chamadas de margem	27.901	-	64.126	-

(ii) *NDFs*

Os valores classificados como contratos a termo cambiais referem-se ao valor justo de operações de NDF (*Non Deliverable Forwards*) de câmbio para proteção das exposições. Os valores justos foram estimados com base em informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações, trazidas a valor presente.

	Controladora			
	2021		2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo				
Operações de hedge financeiro (NDF)	54.120	-	49.729	-
Passivo				
Operações de hedge financeiro (NDF)	42.469	-	200.669	-

(iii) *Swap*

As operações de swap são contratadas apenas como proteção do endividamento em moeda estrangeira, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira. Não há desembolso de caixa no início da operação e, no vencimento, a liquidação é realizada pela diferença entre a taxa contratada e a taxa efetiva da moeda.

Em 31 de dezembro de 2021, a Cooperativa detinha operações de swap, conforme demonstrado a seguir:

2021						
Modalidade	USD	RS	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor justo a receber	Valor justo a pagar
Contratos de câmbio	300.087	1.640.029	VC + 0 a VC + 6,50	56,0% a 162,30% CDI	36.193	95.536
Capital de giro	-	611.667	7,18 a 8,32	137% a 228,0% CDI	3.404	12.025
					<u>39.597</u>	<u>107.561</u>
2020						
Modalidade	USD	RS	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor justo a receber	
Contratos de câmbio	153.068	701.319	VC + 0 a VC + 4,14	52,5% a 221,0 % CDI	67.934	
Capital de giro	-	463.333	5,32% a.a 8,02% a.a	137% a 320,5 % CDI	13.285	
					<u>81.219</u>	

c. **Análise de sensibilidade**

A Cooperativa apresenta a seguir os quadros de sensibilidade para os riscos de variações cambiais e de variação de preço das *commodities* a que está exposta, considerando que os eventuais efeitos impactariam os resultados futuros, tomando como base as exposições apresentadas em 31 de dezembro de 2021.

Exposição ao câmbio

A Cooperativa possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2021 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário I, a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas demonstrações financeiras, para o cenário II, esta taxa foi reduzida em 10%, e para o cenário III, foi aumentada em 10%. Desta forma, o quadro abaixo demonstra o efeito da variação cambial no resultado futuro:

Posição	2021	(10%)	10%
	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Instrumentos financeiros derivativos - NDF cambiais	11.652	10.487	12.817
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP cambiais	(59.344)	(53.409)	(65.278)

Clientes – exportação	(2.570)	(2.313)	(2.827)
Fornecedores – importação	(480)	(432)	(529)
Dívidas em moeda estrangeira	100.970	90.873	111.067
Posição líquida	50.228	45.206	55.250

Posição	2020 Cenário I	(10%) Cenário II	10% Cenário III
Instrumentos financeiros derivativos - NDF cambiais	(150.940)	(135.846)	(166.034)
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP cambiais	13.285	11.957	14.614
Clientes – exportação	(2.977)	(2.679)	(3.274)
Fornecedores – importação	319	287	350
Dívidas em moeda estrangeira	(79.194)	(71.275)	(87.113)
Posição líquida	(219.507)	(197.556)	(241.457)

Exposição à variação do preço das commodities

A Cooperativa possui saldos atrelados à cotação dos valores das *commodities* no balanço de 31 de dezembro de 2021 e para fins de análise de sensibilidade, adotou cotações vigentes em datas próximas à da divulgação das referidas demonstrações financeiras como cenário I. Para o cenário II, estas cotações foram reduzidas em 10% e, para o cenário III, foram aumentadas em 10%.

Com tais considerações, o quadro abaixo demonstra o efeito da variação do preço das *commodities* no resultado futuro:

	2021 Cenário I	(10%) Cenário II	10% Cenário III
Commodities agrícolas			
Contratos futuros de compra e venda	444.623	425.710	463.596
Estoques próprios	86.667	78.000	95.334
	531.290	503.710	558.930
	2020 Cenário I	(10%) Cenário II	10% Cenário III
Commodities agrícolas			
Contratos futuros de compra e venda	212.105	190.717	233.493
Estoques próprios	231.982	255.180	208.783
	444.087	445.897	442.276

37 Transações não envolvendo Caixa

Em dezembro de 2020, a Lar Cooperativa Agroindustrial realizou uma Aliança Estratégica de Intercoperação com a Cooperativa Agroindustrial Copagrill, adquirindo dessa a unidade industrial de aves e a unidade industrial de rações, conforme nota explicativa 16. A contraprestação transferida total foi no montante de R\$ 400.000, sendo pago R\$ 150.000 no exercício de 2020 e R\$ 250.000 pagos no exercício de 2021, montante o qual não impactou as demonstrações financeiras de fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Em janeiro de 2021, a Lar Cooperativa Agroindustrial realizou a aquisição de 100% (cem por cento) das quotas representativas do capital social da WBILL Participações Societárias Ltda. controladora da Granjeiro Alimentos Ltda., conforme nota explicativa 3. A contraprestação transferida total foi de R\$ 304.057, sendo pago R\$ 158.420 no exercício de 2021, remanescendo o saldo para pagamento de R\$ 145.637, montante o qual não impactou as demonstrações de fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Ademais, os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos, exceto caixa e equivalentes de caixa, advindos da aquisição, não impactou as demonstrações financeiras de fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

38 Cobertura de seguros

A política de seguros considera principalmente a concentração de riscos e sua relevância e os seguros são contratados por valores considerados suficientes pela Administração, considerando a natureza das atividades desenvolvidas pelo Grupo.

39 COVID-19

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus (“COVID-19”) foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma “Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional”.

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente. O segmento agronegócio foi pouco impactado pela pandemia, bem como, o segmento projeta um aumento da área plantada e produção para a próxima safra, o que mitiga um cenário de redução de receitas no curto e médio prazo.

A administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Cooperativa, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os seus impactos nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras nenhuma medida relevante foi necessária.



Irineo da Costa Rodrigues
Diretor-presidente
CPF 155.545.540-91



Lauro Soethe
Diretor 1º Vice-presidente
CPF 463.318.759-72



Urbano Inacio Frey
Diretor 2º Vice-presidente
CPF 391.251.739-87

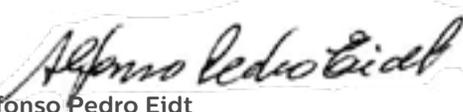


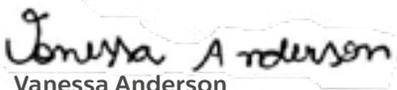
Carmen Angela Campagnaro
Contadora - CRC/PR-038639/O-0
CPF 779.212.249-20

Parecer do Conselho Fiscal

Nós, do Conselho Fiscal da LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL, no cumprimento às atribuições legais e estatutárias, examinamos o Balanço Patrimonial e Demonstrativo de Sobras ou Perdas e, demais peças contábeis, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Baseados nos acompanhamentos realizados por este Conselho durante o exercício, bem como nos trabalhos da Auditoria Externa – KPMG Auditores Independentes e seu Relatório, nas ações da Auditoria Interna, nos esclarecimentos prestados pelos Diretores e Superintendência Administrativa Financeira, somos de parecer que as demonstrações contábeis condizem com a realidade patrimonial e financeira da Cooperativa em 31 de dezembro de 2021. Por isso, recomendamos à Assembleia Geral a sua aprovação.

Medianeira-PR, 14 de janeiro de 2022.


Alfonso Pedro Eidt


Vanessa Anderson


Michael Adriano Rosso


Jonir Antonio Serraglio


Jean Carlos Piletti


Jozimar Beghini

Gestão 2021

Conselho de Administração (2019-2022)

Conselho Fiscal (Gestão 2021)

Diretor-presidente

Irineo da Costa Rodrigues

Diretor 1º Vice-presidente

Lauro Soethe

Diretor 2º Vice-presidente

Urbano Inacio Frey

Adriano José Finger

Diogo Sezar de Mattia

Adriana Eliza Matte

José Carlos Colombari

Jakson Demétrio Lamin

Edio Rodrigo Welter

Efetivos

Alfonso Pedro Eidt

Vanessa Anderson

Michael Adriano Rosso

Suplentes

Jonir Antonio Serraglio

Jean Carlos Piletti

Jozimar Begnini

Gestão Administrativa 2021

Superintendentes:

Administrativo/Financeiro: Clédio Roberto Marschall

Negócios Agrícolas: Vandeir José Dick Conrad

Suprimentos e Alimentos: Jair José Meyer

Gerentes de Divisão:

Administrativa: Carmen Ângela Campagnaro

Alimentos: Giovana de Fátima Leite Rosas

Comercial de Grãos: Marcelo Sousa Goes Pires

Financeira: Marcelo Afonso Riedi

Insumos: Ramiro Marcelo Debortoli Criveletto

Operacional de Grãos: Mário Tadeo Martins Balk

Pecuária: Dirceu Zotti

Lar Paraguay: Rogério Luís Butzen

Assessorias:

Ação Educativa: Suzana M. Knapp Pieniz

Auditoria Interna: Isabel Ferrazzo

Comunicação: Camila Catafesta

Jurídica: Ignis Cardoso dos Santos

Logística: Jackson Willian da Motta

Secretaria Executiva: Janete Ester Barônio

GRÁFICA MIDIOGRAF

Diagramação: Lucas Clemente Faquin

Tiragem 500 exemplares

Distribuição gratuita | É permitido a reprodução total ou parcialmente desde que citada a fonte, endereço/site/e-mail



COOPERATIVA
AGROINDUSTRIAL

(45) 3264 8800

Av. 24 de Outubro, 59 | Área Industrial

85884-000 | Medianeira - Pr

lar@lar.ind.br

www.lar.ind.br

